

Cuidado em Companhia

Relatório de Gestão & Contas 2025





Índice

1. A CLC

1.1 Introdução

1.2 Mensagem do Administrador-Delegado

1.3 Factos Relevantes Ocorridos em 2025

2. Órgãos Sociais

3. Atividades

4. Desempenho

4.1 Análise Económica e Financeira

4.2 Perspetivas Futuras

4.3 Factos Relevantes Ocorridos Após o Encerramento do Exercício

4.4 Proposta de Aplicação de Resultados

4	5. ANEXOS	38
4	5.1 Declarações e Menções Obrigatórias	38
5	5.2 Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025	39
7	5.2.1 Demonstração da Posição Financeira	40
10	5.2.2 Demonstração dos Resultados	42
12	5.2.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa	43
12	5.2.4 Demonstração do Rendimento Integral	45
27	5.2.5 Demonstração das Alterações no Capital Próprio	46
27	5.2.6 Anexo às Demonstrações Financeiras	47
35	5.3 Relatório e Parecer do Fiscal Único	87
36	5.4 Certificação Legal das Contas	89
36	5.5 Relatório de Auditoria	93

1. Crescimento em Companhia



1. A CLC

1.1 Introdução

Em abril de 1997, com a entrada em plena operacionalidade da CLC, encerrou-se um ciclo de cinco décadas em que o abastecimento da zona centro do país e da área metropolitana de Lisboa era feito a partir das instalações petrolíferas do polo de Cabo Ruivo. A CLC constituiu-se então como o futuro do abastecimento de toda esta zona geográfica, incluindo o Aeroporto de Lisboa. Com a construção de um Oleoduto Multiprodutos inovador, a partir de Sines até às instalações da CLC em Aveiras de Cima, foi garantida a solução mais evoluída tecnologicamente para o transporte de produtos petrolíferos, de forma segura e eficiente. Com esta opção e os contínuos investimentos na área da sustentabilidade ao longo dos últimos 20 anos, a CLC reduziu de forma muito significativa o impacto ambiental das suas operações.

Ao retirar das estradas mais de 400 camiões/dia, do Tejo 200 navios/ano, e permitindo a reconversão da zona oriental da cidade, melhorou de forma efetiva e importante as condições de vida das populações.

A CLC tornou-se assim uma referência de segurança, sustentabilidade e responsabilidade social, na logística de combustíveis.

Dispõe de meios tecnológicos avançados, dos quais se destaca o Oleoduto Multiprodutos, com 147 km de comprimento e uma capacidade de transporte de 4 milhões de toneladas/ano de seis produtos petrolíferos de forma sequencial, único na Europa. É ainda hoje o meio mais seguro e eficiente de transporte destes produtos.

Dos cerca de 60 hectares das instalações em Aveiras, dispõe de uma área reservada para armazenagem com reservatórios, estações de enchimento a granel, para combustíveis líquidos e GPL, e uma fábrica de enchimento de garrafas de GPL.

A CLC é pioneira no desenvolvimento de sistemas com elevado grau de automatização:

- Sistema de identificação magnético de carregamento de veículos a granel, que permite gerir todo o ciclo de enchimentos;
- Sistemas técnicos na Sala de Controlo, que permitem controlar 15 carregamentos em simultâneo, gerir a receção de produto do oleoduto, a transferência entre tanques, o envio de produto às ilhas de enchimento, a supervisão das bombas de enchimento

dos produtos, a movimentação dos 6 produtos, o tratamento de afluentes e a rede de combate a incêndios;

- Um laboratório acreditado e com reconhecimento técnico de vanguarda, que garante o controlo de qualidade dos produtos;
- Sistemas de salvaguarda de segurança de acordo com os mais altos padrões e normas internacionais;
- Um conjunto de colaboradores especializados que garantem, com talento, empenho e dedicação, a eficiência, segurança transversal de toda a operação, projetando a CLC no futuro.



1.2 Mensagem do Administrador-Delegado

O contexto atual continua a ser marcado por um ambiente de elevada complexidade e transformação, tanto a nível nacional como internacional. Politicamente, vivemos um período de instabilidade e redefinição de prioridades, com governos e instituições a enfrentarem o desafio de garantir estabilidade, confiança e capacidade de resposta num cenário global cada vez mais imprevisível, influenciado por conflitos internacionais, tensões geopolíticas e mudanças nos equilíbrios de poder.

Do ponto de vista económico, o cenário permanece exigente. A inflação, embora com sinais de desaceleração, continua a exercer pressão sobre os custos das famílias e das empresas. A volatilidade dos mercados e os desafios nas cadeias de abastecimento condicionam o crescimento económico, exigindo uma gestão cada vez mais rigorosa, orientada para a eficiência, a inovação e a sustentabilidade. Em paralelo, a transição digital assume um papel central nas estratégias de desenvolvimento.

No plano social, assistimos a mudanças profundas nas expectativas e prioridades das pessoas. O equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, a saúde mental, a segurança, a inclusão e o bem-estar ganharam um peso crescente, sendo hoje as empresas chamadas a desempenhar um papel ativo na promoção de ambientes de trabalho seguros, inclusivos e humanizados, capazes de responder às novas exigências sociais e geracionais.

Embora o contexto político, económico e social se mantenha desafiante, o ano que agora termina foi marcado por inúmeros desafios, superados com sucesso, graças à dedicação, ao profissionalismo e ao empenho de todos.

No âmbito das pessoas, destacamos a integração de mais dois colaboradores na área de Operações e de um novo colaborador na área da Manutenção, bem como a entrada em reforma de dois colegas: João Rodrigues e Carlos Lopes. Ainda na vertente do *Care*, salientamos a continuidade do Programa de Apoio Psicológico, através da Medicina do Trabalho; a criação do Dia da Equipa, uma iniciativa pensada para reforçar laços, promover a partilha e aproximar equipas; a continuação do Coro a Granel, que tão bem representa o espírito de cooperação e pertença; a realização de diversos webinars de sensibilização sobre temas como sono saudável, felicidade,

alimentação emocional e ansiedade, propósito de vida e comunicação; bem como a criação de um lounge exterior junto à cantina, pensado para promover convívio, descanso e interação saudável, entre outras iniciativas.

O ano de 2025 trouxe também desafios relevantes na área de *Safety & Security*, nomeadamente a operacionalização da 1.ª fase do projeto de *security* do oleoduto, com a sensorização da fibra ótica, e o início da 2.ª fase do mesmo projeto, com recurso à tecnologia UAV (drones). Destacamos ainda o segundo *revamping* do sistema CCTV e do controlo de acessos, a receção da nova VLCI - Viatura Ligeira de Combate a Incêndios e a formação das Equipas de Resposta à Emergência e a formação transversal em SBV/DAE e primeiros socorros para todos os colaboradores.

Na vertente mais operacional, foi realizado o processo de substituição dos empilhadores da fábrica de enchimento de GPL e avançou-se com instalação de painéis solares fotovoltaicos para consumo próprio.

No que respeita aos Sistemas de Informação e Automação, salientamos o segundo *revamping* das cartas do sistema de automação HIMA, o reforço da cibersegurança em conformidade com a diretiva europeia NIS 2 e o arranque do projeto SAP S/4Hana, um marco relevante na transformação digital da empresa.

Olhamos para 2026 com confiança, destacando alguns projetos estruturantes, como a construção do novo edifício do Laboratório, a implementação contínua da tecnologia UAV, a continuação do projeto SAP S/4Hana e a construção do Parque de Garrafas II.

No início do novo ano, a CLC reforça o seu compromisso com a criação de valor sustentável e com o fortalecimento do seu posicionamento como operador de referência na logística de combustíveis. A nossa prioridade contínua mantém-se na **Segurança e nas Pessoas**, reconhecendo que são o principal ativo da Empresa e o fator determinante para a excelência do nosso desempenho.

A **Excelência Operacional** continua a ser um pilar estratégico para a concretização dos objetivos da Empresa, sendo promovida num ambiente de colaboração, transparência, responsabilização e melhoria contínua, em conformidade com as melhores práticas do setor.

Como nota final, cumpre-me enaltecer o mérito de todos os colaboradores, cujo profissionalismo e entrega são determinantes para a concretização da nossa missão.

Estendo o meu agradecimento aos acionistas e aos membros do Conselho de Administração pelo sólido apoio institucional e pela confiança depositada na condução da CLC, fatores que consolidam a reputação e o crescimento resiliente desta instituição.

Sustentados pela Missão e pelos Valores da Empresa, e conscientes de que o nosso compromisso começa na Segurança, estamos preparados para enfrentar os desafios futuros com **confiança, resiliência e orientação para resultados**.

1.3 Factos Relevantes Ocorridos em 2025

Segurança

O ano de 2025 foi marcado por importantes desafios e avanços na área de Safety & Security. Destaca-se a operacionalização da 1.ª fase do projeto de segurança do oleoduto, com a sensorização da fibra ótica, bem como o início da 2.ª fase, recorrendo à tecnologia UAV (drones). Registou-se, ainda, o segundo revamping dos sistemas de CCTV e controlo de acessos, reforçando a vigilância e a proteção das instalações.

Em paralelo, foi promovida uma formação transversal em SBV/DAE e primeiros socorros, assegurando que todos os colaboradores estão preparados para atuar em situações de emergência.

Negócio

Dando continuidade aos projetos que visam garantir a segurança, sustentabilidade e qualidade dos serviços prestados, procedeu-se à substituição dos empilhadores da fábrica de enchimento de GPL, aumentando a segurança e eficiência da operação.

Avançou-se, igualmente, com a instalação de painéis solares fotovoltaicos para consumo próprio, reforçando o compromisso com o Plano de Redução Energética.

Merece, ainda, destaque o projeto de construção do novo laboratório, um marco importante na expansão da oferta de serviços aos clientes e stakeholders, contribuindo simultaneamente para o bem-estar e a saúde dos colaboradores.

Tecnologia

No âmbito da tecnologia, sublinha-se o segundo revamping das cartas do sistema de automação HIMA, o reforço da cibersegurança em conformidade com a diretiva europeia NIS 2, e o arranque do projeto SAP S/4Hana, um passo significativo na transformação digital da empresa.

Destaca-se, também, o desenvolvimento de uma solução inovadora de autoatendimento para motoristas, suportada por quiosques táteis, que reforça a autonomia operacional e otimiza os processos logísticos — um projeto pioneiro na CLC.

Pessoas

Sob o pilar "Care", o foco manteve-se nas Pessoas e no fortalecimento da cultura organizacional. Entre as principais iniciativas, destaca-se a criação do Dia da Equipa, um momento dedicado ao convívio, à colaboração e ao reforço de laços bem como, o Prémio "Pessoas", iniciativa baseada em reconhecimento entre colegas, valorizando o mérito, o desempenho e o contributo individual para a organização.

Foram promovidos webinars de sensibilização sobre temas como sono saudável, felicidade, alimentação emocional, ansiedade, propósito de vida e comunicação, contribuindo para o desenvolvimento profissional, pessoal e o equilíbrio emocional dos colaboradores. Por fim, foi criado um lounge exterior junto à cantina, concebido para fomentar o relaxamento, a interação saudável e o bem-estar coletivo, entre outras iniciativas que reforçam o cuidado e a valorização das pessoas.



2. Confiança em Companhia





2. Órgãos Sociais

A composição dos Órgãos Sociais da CLC – COMPANHIA LOGÍSTICA DE COMBUSTÍVEIS, S.A., para o mandato em curso correspondente ao triénio de 2025 a 2027, é a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

Dra. Beatriz Canas Pereira
Presidente

Dr. Filipe Manuel Cavaco Bismarck
Secretário

Fiscal Único

Efetivo: "M. Silva, P. Caiado, P. Ferreira & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.", inscrita na OROC sob o n.º 44 e representada pelo Dr. Pedro João Reis de Matos Silva (ROC), inscrito na OROC sob o n.º 491 e registado na CMVM com o n.º 20161390.

Suplente: "Ernst & Young Audit & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA",

inscrita na OROC sob o n.º 178 e representada pelo Dr. Rui Abel Serra Martins (ROC), inscrito na OROC sob o n.º 1119 e registado na CMVM com o n.º 20160731.

Conselho de Administração



Eng.º Ricardo Nuno Camacho
Gomes Dias Ferreira
Presidente



Dr. José Eduardo
Monteiro Sequeira Nunes
Administrador-Delegado



Dra. Vera Catarina
Duque Vicente Ferreira
Vogal



Eng.º Sergio Manuel
Ferreira Almeida
Vogal



Dr. Arnaud Michel
Havard
Vogal

3. Compromisso em Companhia





3. Atividades Operações & Manutenção

Operações

Em 2025 o oleoduto esteve em funcionamento 8.144 horas a 504 m³/h, tendo consumido em média 2,02 kWh/tonelada de produto transportado.

Foram transportadas 560 partidas de produtos e formados (recebidos, amostrados e aprovados) 620 lotes.

As Operações continuaram a assegurar a inspeção periódica de todos os reservatórios - tanques e esferas.

O nível de desempenho da instalação - sistema de bombagem, oleoduto, parque e expedições permitiu garantir o normal funcionamento do mercado, sem perturbações nas cargas de veículos cisterna de gasolinas, gasóleos, Jet e de GPL a granel e embalado.

Manutenção

Em 2025, a Manutenção desenvolveu vários projetos com o objetivo de manter a competitividade e a integridade da instalação, entre os quais se destacam:

- A conclusão da instalação de painéis solares fotovoltaicos, com capacidade máxima de produção de 1 MW para fornecimento de energia à CLC, o qual aguarda o respetivo licenciamento para entrar em funcionamento, tendo em vista a redução de consumos e aumento da eficiência energética;
- Aquisição de novo secador de ar comprimido, uma das principais fontes de energia consumida na CLC;
- Limpeza exterior de tanques de slops e bioetanol;
- Continuação da substituição dos níveis de segurança das esferas de GPL (níveis óticos), por níveis de tecnologia mais recentes (níveis de garfos vibratórios);
- Substituição das válvulas de macho esférico da esfera de GPL, T-1573.

No que diz respeito ao GPL embalado destacamos:

- Reforço da proteção mecânica de diversos equipamentos (máquinas de deteção de fugas, capsuladoras e paletizadora da linha 3);
- Substituição do carril do Carrossel 2;
- c. Aquisição de 160 metros de novos transportadores para as linhas 1 e 3;
- Upgrade de velocidade no carrossel 5 (melhorar a eficiência no enchimento da garrafa de Galp Espanha).

Em matéria de conformidade legal foram implementadas e concluídas as seguintes iniciativas:

- Inspeção mecânica e verificação metrológica de duas esferas de GPL;
- Inspeção de acordo com a norma API 653 de dois tanques atmosféricos.

No que diz respeito aos SLA's de manutenção preventiva, monitorizados e acompanhados mensalmente, destaca-se o cumprimento integral dos relacionados com o Sistema de Gestão de Segurança e Prevenção de Acidentes Graves (SGSPAG), em concreto a manutenção dos detetores de chama e gás, e ainda o ensaio termográfico aos quadros elétricos, não havendo a reportar em ambos os casos qualquer ocorrência relevante.



No âmbito do Acordo de Racionalização dos Consumos de Energia (ARCE) prosseguiram as campanhas de deteção de fugas de Ar Comprimido, tanto no Parque, como no Enchimento de Garrafas.

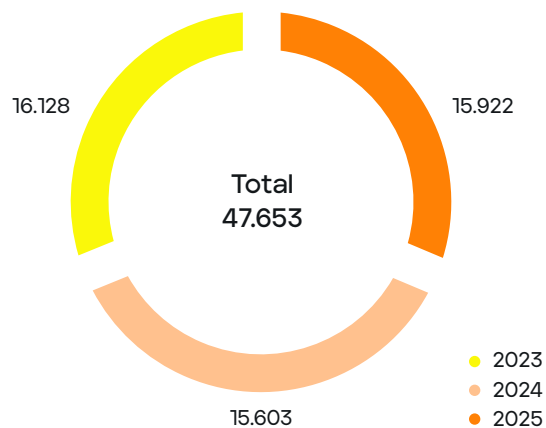
Laboratório

No ano de 2025 consolidou-se a posição do Laboratório da CLC no panorama nacional, no que diz respeito aos ensaios de combustível de aviação. O blending de SAF (Sustainable Aviation Fuel) com o combustível de aviação tradicional trouxe novos desafios, para os quais o Laboratório da CLC se posicionou e preparou. O projeto de construção do novo laboratório foi consolidado, representando um avanço significativo na expansão da oferta de serviços aos nossos clientes e stakeholders, além de contribuir diretamente para a saúde e o bem-estar dos colaboradores.

Em 2025, realizaram-se 15.922 ensaios de aprovação, excluindo ensaio de controlo de qualidade, (gráfico 1), em linha com os anos anteriores.

A equipa do laboratório, apresenta-se capacitada e empenhada em dar resposta aos novos desafios que se colocam.

Nº de Ensaios de Aprovação



Qualidade, Ambiente, Safety & Security

O ano de 2025 terminou com um total de 1.573 **autorizações de trabalho** emitidas, ultrapassando pelo segundo ano consecutivo as 1.500 Autorizações de Trabalho. Este número acaba por revelar a importância da interligação existente entre as várias áreas da CLC e o foco no controlo das medidas de segurança implementadas, promovendo a segurança das pessoas e da instalação. Este número traduz uma média mensal de mais de 130 Autorizações de Trabalho emitidas.

Das 1.573 **autorizações de trabalho** emitidas, 423 foram classificadas com "Fogos Nus" e 1.150, classificadas como "Sem Fogos Nus", representando 27% e 73%, respetivamente. Independentemente da tipologia de classificação é importante ressaltar que em toda a globalidade das Autorizações de Trabalho, o foco foi igualmente direcionado para o compromisso com a Segurança.

Ainda com o foco nas **autorizações de trabalho**, é importante ressaltar o esforço realizado, no planeamento conjunto de trabalhos entre a área de QASS e a área de Manutenção, permitindo uma redução significativa da percentagem de AT's anuladas. Esta redução cifrou-se em praticamente 60% face ao ano anterior. Esta considerável redução, permite confirmar que o aprofundamento da interligação entre as áreas é essencial para a gestão do dia-a-dia da instalação.

Paralelamente à emissão de **autorizações de trabalho**, toda a documentação associada à mesma foi controlada através da **plataforma UNO**. Esta plataforma assumiu, como em anos transatos, uma função essencial no que respeita à gestão documental, facilitando todo o processo de consulta e validação.

Foi, através do conhecimento prático desta plataforma, que se iniciou um novo processo



de modernização de algumas ferramentas existentes na área de QASS, nomeadamente na Gestão de Ativos dos Equipamentos associados à Segurança. Ainda a dar os primeiros passos, foi em 2025 que a **plataforma UNO** ganhou um novo módulo que permitirá realizar uma gestão mais criteriosa de alguns equipamentos de segurança existentes na instalação. Esta nova ferramenta, irá auxiliar na gestão do ciclo de vida dos equipamentos, tentando responder a requisitos impostos por entidades externas. Todo este processo iniciou-se em estreita ligação com a área de Sistemas de Informação e Automação (SIA) e que se irá manter na implementação desta ferramenta informática.

No que respeita à **formação de segurança**, foi possível ultrapassar as 1.500 horas de formação, correspondendo mais de 780 horas à sessão de Indução de Segurança, essencial para todos os que desenvolvem a sua atividade no nosso Parque. Foi possível, através da Formação de Segurança, partilhar a nossa Cultura com 72 Empresas através de 545 Formandos, ao longo de 122 sessões.

Ainda no âmbito da formação de segurança é importante sublinhar a presença de um dos nossos Formadores, com uma vasta experiência na área, no evento Funpark Hazmat, com organização do Serviço Municipal de Proteção Civil da Azambuja, onde foi possível partilhar

muito conhecimento da área recorrendo a equipamentos e simuladores propriedade da CLC.

No que respeita à partilha de conhecimento, sublinhamos igualmente a presença do nosso Formador mais Sénior em mais dois eventos. O primeiro realizado nos Bombeiros Voluntários de Portimão, com a partilha de conhecimento teórico. O segundo evento, em dois momentos distintos do ano de 2025 (setembro e novembro), num evento de âmbito Nacional, realizado na Madeira e organizado pelo Serviço Regional de Proteção Civil da Madeira, onde estiveram presentes os vários Agentes de Proteção Civil e Entidades especialistas.

Foi também em 2025, que se efetivou a operacionalização do novo Carro de Fogo (VLCI – viatura ligeira de combate a incêndios), propriedade da CLC. Esta nova viatura veio colmatar a obsolescência da viatura anterior, elevando o nível de resposta em momentos de prevenção e emergência. O novo VLCI conta com equipamento moderno, adequado e de fácil operacionalização, desenhado exclusivamente para responder às necessidades da CLC, tendo sido ministrada formação para a operação com a viatura e os seus equipamentos.

O ano que cessou permitiu à CLC aprofundar o relacionamento com as entidades externas (Agentes de Proteção Civil, Entidades Tutelares do Setor, Companhias, Transportadoras, Prestadores de Serviços, entre outros) através da realização de dois exercícios práticos com um nível elevado de operacionalidade.

O **primeiro exercício**, contou com a resposta das várias equipas definidas no Plano de Emergência Interno da CLC e com os Bombeiros definidos para a resposta à emergência na nossa instalação.

O **segundo exercício**, localizado Posto de abastecimento de GNV, no exterior das instalações da CLC, contou não só com as equipas definidas no Plano de Emergência Interno da CLC, como também, com a colaboração dos Operadores do Posto e de toda a sua estrutura de resposta à emergência. Em ambos os exercícios, foi registada, por parte dos diversos intervenientes, uma avaliação globalmente muito positiva no que respeita à organização e à capacidade de resposta face à tipologia de eventos testados. Ambos os exercícios revelaram-se proveitosos para todos os participantes, permitindo a identificação de lições aprendidas.



Em termos de funcionalidades mais operacionais da área, sublinhamos a manutenção, monitorização e testes de vários equipamentos afetos à Segurança e Ambiente, com o apoio da Manutenção CLC, garantindo a operacionalidade dos mesmos.

Ao longo do ano que cessou, reforçamos a capacidade no âmbito dos equipamentos de segurança com:

- Operacionalização de um novo telefone Ex.
- Uma máscara motorizada com tecnologia bastante avançada
- Novo explosímetro disponível para entidades externas que executam trabalhos na instalação
- Novos simuladores de fugas para formação e treino
- Reforço dos meios de combate a incêndios, aumentando a capacidade de resposta no Parque e na Estação de Bombagem (Sines)
- Reforço de material para resgate em trabalhos em altura/espacos confinados
- Manutenção anual dos extintores de viaturas pessoais da CLC, garantindo a conformidade dos mesmos
- Distribuição de novos extintores de viaturas

Dando continuidade ao trabalho desenvolvido no ano anterior relativamente ao fardamento, o ano 2025 evidenciou-se como particularmente

profícuo nesta área. Fechou-se a renovação dos fatos de macaco, representando um avanço significativo na adequabilidade dos Equipamentos de Proteção individual (EPI's) aos colaboradores e um ganho no conforto e proteção.

Paralelamente, registou-se uma evolução técnica significativa com a publicação das primeiras Notas Técnicas respeitantes à tipologia do fardamento a utilizar para as várias tarefas executadas na CLC. Destaca se, neste contexto, a definição de um fardamento composto por duas peças, com segmentação específica de acordo com a tipologia homem/mulher, refletindo uma abordagem mais adequada às necessidades operacionais e às características dos colaboradores.

Ainda no âmbito da proteção individual, foi possível, conjuntamente com a área de Pessoas e Comunicação, proceder à entrega de um kit de EPI's aos colaboradores com funções de emergência. Esta iniciativa, visa assegurar que o trabalhador tenha acesso facilitado à proteção adequada durante execução de tarefas pontuais que possam surgir no contexto das suas funções.

No que respeita à manutenção do Parque, em geral, durante o ano de 2025 foi possível melhorar a sinalética de segurança e a sinalética

informativa das ilhas, à semelhança de anos anteriores, confirmando a continuidade do trabalho alcançado nos últimos anos. Além do Parque, foi também renovada a sinalética de segurança existente na Estação de Bombagem (Sines). Ainda neste âmbito, foi possível reforçar a sinalética de segurança na estrada de ronda, através da sinalização rodoviária, promovendo a segurança dos utilizadores.

Foi ainda no campo da sinalização de segurança que se procedeu a uma melhoria considerável da sinalética existente no Enchimento de Garrafas, nomeadamente na zona das paletizadoras, definindo, de forma inequívoca, as zonas interditas a pessoas e zonas interditas a equipamentos móveis. Foi igualmente na zona de Enchimento de Garrafas, mais concretamente na Nave, que se iniciou o processo de substituição de sinalética de segurança, o qual se prevê que tenha continuidade ao longo do ano de 2026.

Foi ainda em 2025, que se iniciou um processo de alteração de espumífero de combate a incêndios industriais, o qual, por imposições legais, deverá ser substituído por uma nova tipologia de espumíferos isenta de PFA's. Durante o ano em análise, foi possível estabelecer contactos com entidades externas, com vista à identificação de uma solução tecnicamente equilibrada e que assegure os níveis segurança das pessoas e instalação.



Para além de todas as atividades anteriormente descritas, foi dada continuidade aos processos cíclicos sob a responsabilidade da área de QASS, nomeadamente às ações de desmatação dos terrenos exteriores e interiores da CLC, assim como a conservação e embelezamento dos jardins. Estão igualmente incluídos nesta área dos processos cíclicos, as operações associadas à gestão de resíduos, tendo sido reencaminhadas, através de Operadores Licenciados, das mais variadas categorias, representando uma redução de mais de 10% relativamente ao ano transato. Como processos contínuos, foram também mantidos em curso as amostragens de solos no Parque CLC - piezómetros.

No que respeita à atualização documental, é de realçar que no ano 2025 foi publicado o Regulamento de Circulação Viaturas. Este documento, visa estabelecer e uniformizar diretrizes internas, contribuindo para uma mitigação dos riscos, prevenção de acidentes e um reforço da segurança das pessoas e instalação.

Por último, mas não menos importante, há que lembrar a interligação com as outras áreas da CLC, nomeadamente:

A área de Pessoas e Comunicação, que conjuntamente com a área de QASS, realizaram várias campanhas de sensibilização, com a publicação na rede interna de flyers com vários temas associados à segurança e bem-estar dos colaboradores.

Com a área de Manutenção e Operações, a articulação manteve-se permanente ao longo do ano, não só no acompanhamento do exigente trabalho diário, como também no apoio a intervenções específicas de elevada criticidade. Foi possível, ao longo de duas intervenções, assegurar mais de 730 horas de apoio com equipas de resgate durante os trabalhos de inspeção das esferas. Destacaram-se ainda o acompanhamento dos trabalhos associados à modernização do sistema C2 L1 do Enchimento de Garrafas e também o acompanhamento dos trabalhos associados à substituição de válvulas de grande porte das esferas.

Com a área da SIA, devemos salientar o sucesso obtido no Projeto HIMA, o qual exigiu uma significativa alocação de recursos humanos e materiais colocando em prática o conhecimento adquirido em várias formações internas, nomeadamente no estado de prontidão.

Foi com a área Comercial e Logística, que estruturamos as sessões de formação para os

motoristas, as quais representam uma parcela substancial das horas de formação realizadas ao longo do ano.

Toda a evolução alcançada ao nível de equipamentos e projetos desenvolvidos foi significativamente apoiada pela área Financeira, o qual assumiu um papel determinante no acompanhamento dos investimentos realizados pela área QASS. Este contributo revelou-se essencial para assegurar que todos os investimentos realizados cumpriram todos os passos prevenindo desvios ao longo da evolução dos mesmos.

Por fim, o Laboratório que, por ter disponibilidade técnica, foi importante na monitorização ambiental do Parque da CLC, recolhendo e analisando amostras de águas nos piezómetros existentes.

Foi também, em parceria com a área do Laboratório que foi possível monitorizar ambientalmente algumas zonas do Pipeline, realizando-se a monitorização das águas ao longo das áreas envolventes à faixa de servidão.

Focando ainda, a estrutura base da CLC - o Parque Industrial - a área da Security, enfrentou desafios significativos durante o ano transato. Destaca-se a continuidade do projeto de Revamping do Controlo de Acessos e CCTV,



cuja conclusão está prevista no decorrer de 2026. Considerando a interligação de todos os processos internos, foi igualmente necessário atualizar o Planos de Segurança das Infraestruturas Críticas (Parque & Oleoduto). Este processo, de elevada exigência técnica, resultou em melhorias estruturais significativas, com a instalação de:

- dispositivos de controlo de acessos rodoviários ao Parque pela Portaria e as novas barreiras (portões de abertura rápida);
- torniquete vertical e dispositivos de controlo;
- dispositivos de controlo de acessos e das camaras de CCTV na estação de bombagem em Sines;
- barreiras de acesso à área da Armazenagem;

A implementação destes novos processos e equipamentos, otimizou a eficiência do controlo de acessos aos edifícios, áreas de trabalho e circulação interna, bem como às estruturas na faixa de servidão do Oleoduto.

Com o objetivo de proteger a faixa de servidão do Oleoduto e as suas instalações, foram executadas ações de dissuasão de atividades ilícitas e de prevenção de danos à integridade da estrutura. Adicionalmente, assegurou-se a gestão da faixa de combustível (controlo de vegetação) e o controlo ambiental.

Desta atividade resultaram 84 relatórios de serviço, discriminados nas seguintes áreas:

- Acompanhamento de trabalhos: 11 intervenções na faixa de servidão;
- Inspeções Técnicas: 30 visitas a SBV's, RMS e Estação de Bombagem em Sines;
- Vigilância da faixa de servidão: 50 inspeções, das quais 12 incidiram na supervisão do empreiteiro de vigilância florestal;
- Inspeção a pé: 34 km percorridos em locais de difícil acesso;
- Gestão das partes interessadas: 45 contactos com proprietários, ou seus representantes, para esclarecimentos técnicos e administrativos;
- Gestão florestal: 16,0 hectares de desmatação na faixa de servidão;
- Vigilância aérea: 1 voo de inspeção integral da faixa de servidão;

Paralelamente, o prestador de serviços de vigilância florestal realizou 286 inspeções, garantindo as condições de circulação e vigilância da mesma. Estes trabalhos incluíram também a remoção de espécimes arbóreas jovens, desmatamentos junto aos marcadores terrestres e reparações e/ou substituição das placas de aviso neles existentes.



Comercial e Logística

A CLC, à semelhança do que se tem vindo a verificar em anos anteriores, registou uma evolução ascendente da sua atividade no ano 2025.

Em 2025, foi alcançada uma variação homóloga de 0,2% nas expedições (2024: + 7,1%), com acréscimo em quase todos os produtos (k tons), exceto no Gasóleo.

Toneladas Logística

Faturação	Real 2025			Real 2024			Variação	Variação
	Qt		m€	Qt		m€	Qt	m€
	m³	ton		m³	ton		ton	
Gasolinas	575	428	3.592	537	399	3.277	7,3%	9,6%
Gasóleo	1.636	1.372	10.226	1.698	1.427	10.362	-3,8%	-1,3%
Jet A1	1.532	1.221	9.573	1.494	1.194	9.113	2,3%	5,0%
Total Produtos Brancos	3.743	3.022	23.391	3.729	3.020	22.752	0,4%	2,8%
GPL Granel		117	2.282		111	2.126	4,8%	7,3%
GPL Embalado		75	3.680		76	3.427	-0,5%	7,4%
GPL Total		192	5.962		187	5.553	2,6%	7,4%
Total Ktons		3.214	29.353		3.207	28.305	0,2%	3,7%

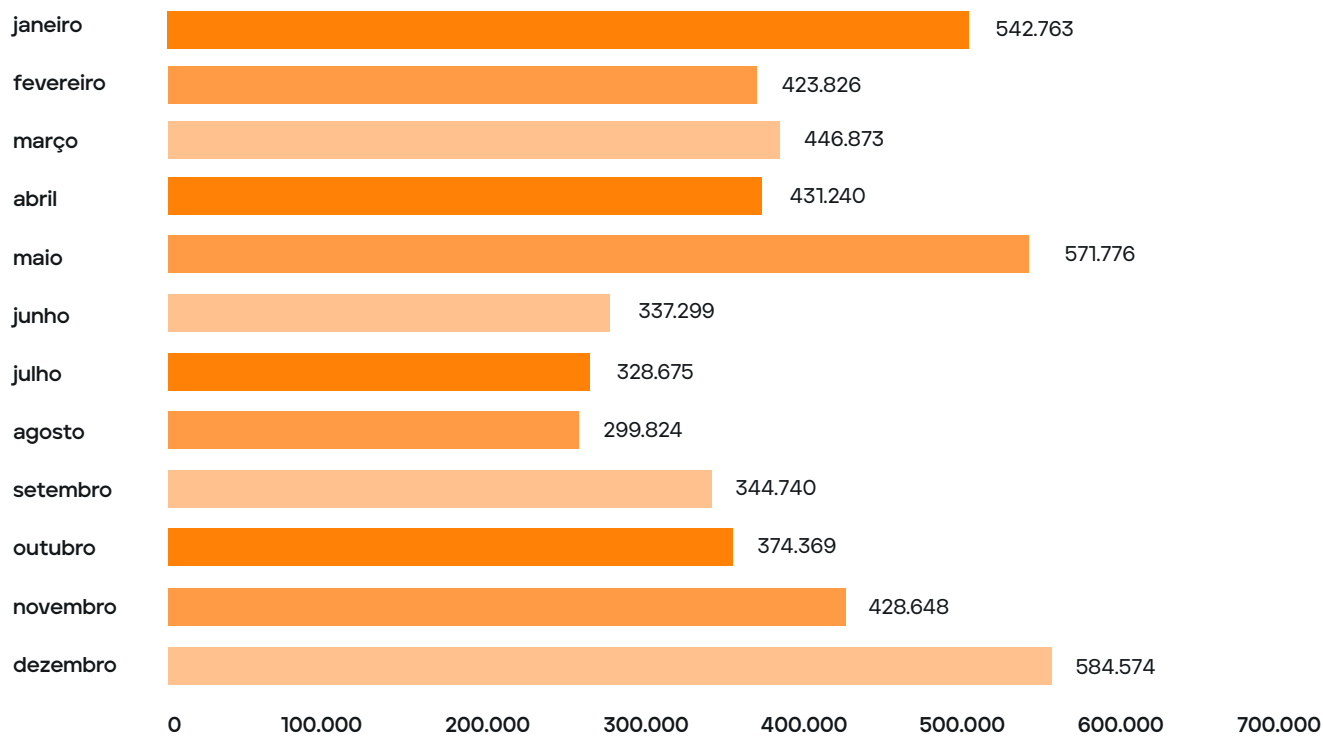
A atividade global de expedição envolveu uma movimentação de 130.667 veículos em 2025. Por produto, a evolução do número de veículos foi a seguinte:

	2025	2024	Variação
Produtos Brancos	69.325	71.272	-2,7%
Jet A1	41.806	41.112	1,7%
GPL (Granel)	11.764	11.197	5,1%
GPL (Garrafas)	7.772	7.608	2,2%
Total	130.667	131.189	-0,4%



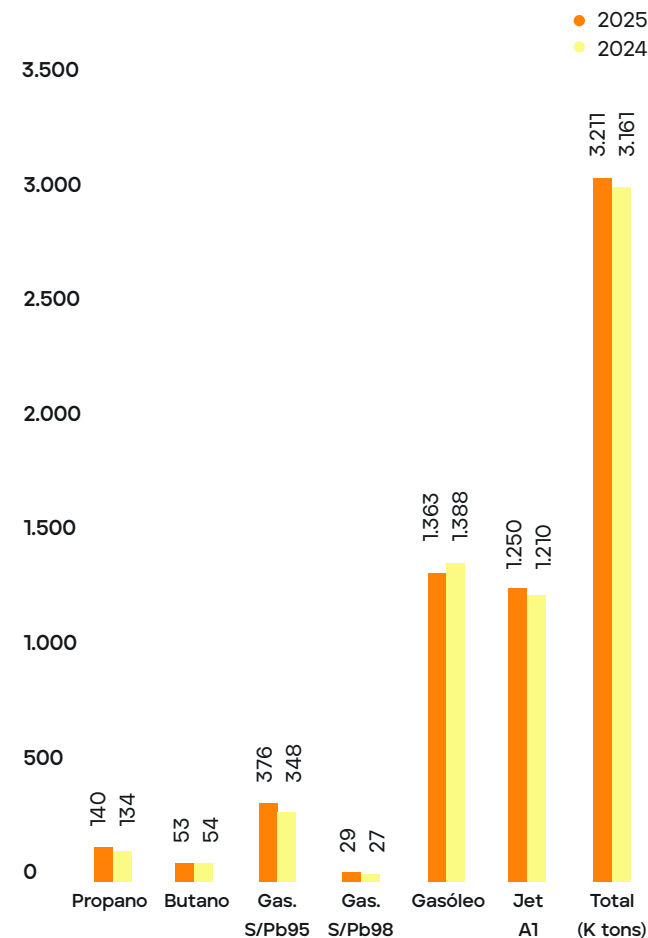
Na atividade específica de GPL Embalado, a Fábrica de Enchimento expediu cerca de 5,1 Milhões de garrafas em 2025 (2024: 4,9 Milhões), com a respetiva repartição mensal:

Total de Garrafas em 2025



Total de Garrafas em 2025: 5.114.607

Na atividade de transporte por oleoduto, os volumes transportados em 2025, corresponderam a 3.211 toneladas equivalentes, correspondente a um incremento de 1.58%, com a seguinte distribuição por produto, destacando-se o Jet com um aumento de 3%, o propano com um aumento de 4%:





Imposto Sobre os Produtos Petrolíferos – ISP

A CLC encontra-se em regime de entreposto aduaneiro e como depositário autorizado. Dando cumprimento ao Decreto-Lei n.º 73/2010 de 21 de junho, o ISP que incide sobre a gasolina, gasóleo e gás de petróleo liquefeito, propriedade dos seus clientes, é processado pela Empresa e entregue diretamente ao Estado.

O valor do ISP liquidado em 2025 por conta dos clientes foi de 1.195.383m€, +7,7% face ao ano anterior, devido a ajustes dos IECS nomeadamente a atualização da taxa de carbono (CBN), e uma alteração do ISP.

ISP	Real 2025	Real 2024	Varição*
	m€	m€	m€
Gasolinas	363.714	320.503	13,5%
Gasóleo	797.124	758.085	5,1%
Jet A1	21	22	-4,5%
Total Produtos Brancos	1.160.859	1.078.610	7,6 %
	m€	m€	
GPL Granel	19.626	17.114	14,7%
GPL Embalado	14.897	14.403	3,4%
GPL Total	34.523	31.517	9,5%
Total	1.195.383	1.110.127	7,7%

No cumprimento de todas as obrigações e procedimentos com a Autoridade Tributária e Aduaneira, verificou-se uma recuperação da atividade de e-DA (associadas na sua maioria ao Jet A1), com relevância para a Integração de 3.844 obrigações declarativas (e-DIC) automáticas e 43.098 documentos eletrónicos aduaneiros (e-DA) processados (mais 619 que no ano anterior).

Apuramos também 876 e-DA referentes à receção de Bioetanol e 92 processos documentais relativos à receção de aditivos e amostras para análise no Laboratório, assim como 30 devoluções de embalado com respetivo abate à e-DIC.

Regularizamos ainda 921 e-DA expedidas da CLC que foram notificadas à Autoridade Tributária e Aduaneira como tendo diferenças na receção das mesmas pelo destinatário, as quais resultaram em 135 processos internos. Após regularização das mesmas foi pago o imposto devido ao Estado, nos casos aplicáveis.

Procedemos ainda a 28 novos pedidos de reembolso de ISP (resultado da análise e produção de 106 documentos entre notas de carga e e-DIC's) de clientes Isentos ou devido a misturas em postos de abastecimento, que originaram 24 notas de crédito de ISP, tendo ainda 160 processos a aguardar resposta da

Autoridade Tributária, incluindo processos do ano 2024.

Cumprindo o disposto no Decreto-Lei n.º 5/2018, de 2 de fevereiro, e o Regulamento n.º 737/2019, de 23 de setembro, a CLC reportou mensalmente o stock de garrafas existentes, recebidas e vendidas em parque, assim como as garrafas de outros operadores existentes nas nossas instalações.

No que respeita à prestação de informação às entidades oficiais aumentamos o número de relatórios trimestrais e mensais, fruto de diversas interações extraordinárias com a CLC solicitando documentação diversa, designadamente à ENSE, que passou a fazer inspeções trimestrais, DGEG e Autoridade Tributária e Aduaneira, através dos acessos ao Balcão Único, envio de emails e Portal das Finanças. Durante o ano de 2025 passámos ainda a reportar por email toda a informação que era reportada através do e-Balcão da AT e usamos esse canal apenas para falhas de comunicação com o sistema da AT.

Este ano tivemos apenas uma tentativa de ataque ciber de engenharia social que, com o apoio da área SIA foi devidamente identificado e contrariado. Demos assim cumprimento à alínea a) do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 31/2006, de 15 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º



244/2015, de 19 de outubro e ao Regulamento n.º 1094/2016.

Durante o ano de 2025, na sequência dos diversos contratos de armazenagem celebrados com os nossos clientes, faturámos 36.185,20€. Faturamos ainda 57.991,22€ em sobreestadias.

Durante o ano de 2025, a C&L colaborou ativamente em diversas visitas por parte dos nossos clientes, por forma a conhecerem melhor as nossas instalações e conhecerem as nossas metodologias.

No âmbito da melhoria contínua e da transformação digital, a CLC continuou com o novo modelo de inquérito de Satisfação de Clientes em plataforma Microsoft Forms, com objetivo de recolher o feedback dos clientes de modo mais expedito e prático, permitindo um mais rápido processamento das respostas, atribuindo automaticamente um prazo de resposta de modo a termos os resultados em tempo record este ano.

No âmbito da melhoria contínua, a equipa C&L tem vindo a atualizar e criar instruções de trabalho que melhor refletem os processos efetuados na área.

Pessoas & Comunicação

Em 2025, a CLC manteve uma forte aposta no **desenvolvimento das pessoas**, com especial enfoque nas áreas de Segurança, Saúde e Ambiente (SSA). No total, foram ministradas 1.250 horas de formação nestes domínios, destacando-se as ações de Primeiros Socorros, Suporte Básico de Vida e DAE (Desfibrilhador Automático Externo), realizadas de forma transversal à organização, num total de 84 horas.

Destaca-se igualmente a **formação certificada internacionalmente** pela NEBOSH (National Examination Board in Occupational Safety and Health), com 108 horas de duração, bem como a formação em SSA integrada na matriz de funções críticas, que totalizou 176 horas. No domínio da Security, foram ainda promovidos cursos de atualização de Diretores de Segurança e formação em SIG – Sistema de Informação Geográfica.

A **taxa de formação atingiu 10,73%**, correspondendo a **9.945 horas** ministradas, representando um aumento de 1,31% face a 2024, com especial incidência na integração e capacitação de novos colaboradores, incluindo formação *on the job*.

Reforçou-se também a aposta em **conteúdos digitais**, com destaque para a ação de e-learning “À Prova de Murphy – Cibersegurança”, dirigida à sensibilização para a utilização segura das Tecnologias de Informação e Comunicação, abrangendo cerca de 140 horas de formação. Mantém-se como prioridade o desenvolvimento de novos conteúdos digitais, particularmente nas áreas de segurança, medidas de autoproteção e indução em segurança.

No domínio da Security, destacamos os cursos de atualização de Diretores de Segurança e o de SIG – Sistema de Informação Geográfica.

No âmbito do **"Care"**, e com foco na saúde e bem-estar, foram dinamizadas cerca de 171 horas de webinars sobre temas relacionados com saúde física e mental, incluindo sono, alimentação emocional e equilíbrio no trabalho.

Ao nível das competências comportamentais, foram ministradas 476 horas de formação em Empatia, Comunicação Assertiva e relações interpessoais, com o objetivo de reforçar a **comunicação interna** e a eficácia organizacional.

No domínio estratégico e da sustentabilidade, foram realizados programas formativos em Transição Energética (Pós-Graduação) e Engenharia de Decisão.



Em matéria de **política remuneratória**, procedeu-se à atualização da tabela salarial, assegurando alinhamento com o mercado e conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho das Empresas Petrolíferas. Foi igualmente subscrito um estudo remuneratório, permitindo avaliar a competitividade da organização ao nível da remuneração fixa, variável e benefícios, suportando futuros ajustamentos.

Na **Comunicação Interna**, prosseguiu-se a melhoria dos conteúdos disponibilizados na intranet "myCLC" e o reforço da divulgação de informação obrigatória, em conformidade com a legislação aplicável. No âmbito da Diretiva Europeia sobre Transparência e Equidade Salarial, com entrada em vigor em junho de 2026, a CLC já assegura práticas de transparência salarial através da divulgação das bandas salariais, descritivos funcionais e respetivos critérios de promoção.

Ao nível da **Responsabilidade Social**, manteve-se o apoio a instituições locais, destacando-se, em 2025, os Bombeiros Voluntários de Alcoentre e a "Casa do Pombal — A Mãe". A componente social foi igualmente integrada na atividade anual de team building, tendo sido apoiado o Centro Social e Paroquial de Aveiras de Cima.

No âmbito dos **riscos psicossociais**, reforçou-se a promoção da saúde e bem-estar através da disponibilização de apoio psicológico, articulado com a Medicina do Trabalho. Destacam-se ainda iniciativas internas de promoção do bem-estar e da cultura organizacional, como a continuidade do **Grupo Coral "a Granel"**, a criação de um **espaço exterior de convívio** e a implementação do **Dia da Equipa**.

Em 2025 foi atribuída, pela primeira vez, a distinção anual "**Prémio Pessoas**", iniciativa baseada em reconhecimento entre colegas, valorizando o mérito, o desempenho e o contributo individual para a organização.

Foi ainda realizado um processo de **assessment** aos quadros de gestão e intermédios, com recurso à **metodologia DISC** (Dominância, Influência, Estabilidade e Conformidade), permitindo reforçar a eficácia da comunicação, o desenvolvimento individual e a tomada de decisão organizacional.

O **headcount** manteve-se estável, com 60 colaboradores. As movimentações registadas decorreram maioritariamente de processos de renovação geracional associados a reformas. Foram efetuadas admissões nas áreas de Manutenção e Operação, bem como mobilidade interna e promoções alinhadas com necessidades operacionais e sucessão de funções críticas.

A **Taxa de Absentismo** registou uma redução de 1,4pp face a 2024, impulsionada pela diminuição de 17% das ausências por baixa médica. Já a **Taxa de Trabalho Suplementar** aumentou 0,6%, essencialmente devido às atividades associadas ao projeto Hima, totalizando 1.449 horas. No que respeita aos serviços de Medicina do Trabalho, foram efetuadas 142 Inspeções e 247 exames complementares.

Indicadores de Recursos Humanos	2024	2025	Variação
Efetivo Total	60	60	0
Idade Média	47,23	47,22	-0,01
Antiguidade Média	14,28	14,36	0,08
Taxa de Absentismo	10,04%	8,61%	-1,43pp
Taxa de Trabalho Suplementar	2,67%	3,28%	0,61pp
Colaboradores com Formação Académica	60%	61,67%	1,67pp
Taxa de Emprego Feminino	23%	23,33%	0,33pp



No âmbito da **Medicina do Trabalho**, realizaram-se 142 inspeções e 247 exames complementares. O Posto Médico manteve funcionamento permanente, com serviço de enfermagem diário, 1.694 tratamentos realizados e 682 consultas de **Medicina Curativa**. Foi igualmente assegurada a campanha anual de vacinação contra a gripe e a atualização das malas de primeiros socorros em toda a instalação.

No contexto da **Transformação Digital**, entrou em funcionamento o software **Medicine One**, após formação específica, permitindo a gestão integrada das atividades clínicas do posto médico, garantindo simultaneamente a conformidade com os requisitos do RGPD.





Sistemas de Informação e Automação

Em 2025, a área de Sistemas de Informação e Automação promoveu um conjunto de iniciativas determinantes para a Agenda de Digitalização da CLC, com atuação estruturada em Tecnologia da Informação, Tecnologia Operacional e Segurança da Informação.

Estes projetos visaram reforçar a eficiência dos processos, a proteção dos ativos críticos e a continuidade dos serviços prestados, assegurando elevados padrões de qualidade, fiabilidade e segurança.

Nos **Sistemas de Automação e Controlo**, no âmbito dos Sistemas de Segurança e Controlo Processual, foi executado o projeto de revamping parcial dos PLCs da HIMA, onde integram três sistemas essenciais – Depot Control System (DCS), Safe Guarding System (SGS) e Fire & Gas System (FGS) – suportam a operação ininterrupta dos processos de receção, armazenagem, movimentação e expedição da CLC. O projeto implicou a substituição parcial de 6 bastidores de automação HIMA, concretamente substituindo os processadores e módulos I/O. Dada a complexidade e criticidade destas operações, o trabalho decorreu ao longo de 9 meses e implicou 12 paragens de fim de semana, para

garantir que o impacto na expedição não ultrapassasse 1,5 dias e, no caso do Jet, 12 horas, a fim de assegurar o normal abastecimento dos aeroportos de Lisboa e Faro. O projeto foi concluído com sucesso e dentro do planeamento acordado, contribuindo para isso uma liderança forte, o envolvimento de múltiplas áreas internas, a Administração e os Clientes.

Ainda no domínio de Automação e Controlo, foram implementadas melhorias significativas nos sistemas Terminal Automation System (TAS), Supervisory Control and Data Acquisition (SCADA) e Energy Management System (EMS), incidindo na modernização de hardware e software, no aumento de performance e disponibilidade e na expansão das redundâncias física e lógica. Estas intervenções reforçam a longevidade dos sistemas por mais cinco anos e garantem conformidade com requisitos de cibersegurança. A arquitetura passou a incluir um ambiente de Disaster Recovery dedicado, composto por novos servidores de virtualização, sistema SAN e rede segregada, permitindo a replicação dos sistemas críticos e assegurando resiliência adicional.

No âmbito da **Transformação Digital**, foram implementadas iniciativas estruturantes com impacto direto na eficiência, segurança

e maturidade digital da organização. Destaca-se a realização de um projeto que reforçou significativamente a resiliência de sistemas críticos com um cluster de bases de dados reforçando a robustez, segurança e tempos de recuperação dos sistemas. Esta infraestrutura inclui aplicações críticas da CLC, como o Sistema Logístico, a plataforma OutSystems, a Gestão de Tempos, os Indicadores e as Autorizações de Trabalho.

Foi igualmente desenvolvido um projeto pioneiro na CLC com a criação de uma solução de Auto-Atendimento para motoristas, suportada por dois quiosques táteis. Esta iniciativa promoveu a autonomia operacional dos motoristas em operações como movimento de chegada, identificação/validação de ordens de carga e descarga, emissão de senhas de acesso. Reduziu a carga operacional da portaria e permitiu aos recursos de segurança focarem-se nas suas funções essenciais.

No domínio dos Sistemas de Apoio à Decisão, foi consolidada a utilização do Power BI como ferramenta corporativa de análise, possibilitando a monitorização da evolução de indicadores de desempenho. Para este efeito, foram implementados vários processos automáticos de integração de dados, garantindo a disponibilização de



informação fiável e atualizada a partir dos diversos sistemas das diferentes áreas. Prosseguiu-se a melhoria contínua do Sistema de Controlo de Gestão, através do desenvolvimento e evolução de dashboards operacionais e de performance para as áreas Financeira, Comercial & Logística, Pessoas & Comunicações, Operações & Manutenção, Laboratório & Qualidade e Ambiente & Segurança.

No contexto de otimização do licenciamento, foram realizadas ações de reestruturação dos sistemas suportados pela plataforma Outsystems com Sistema Logística, Gestão de Tempos, Indicadores e Autorizações de Trabalho na plataforma OutSystems. Estas iniciativas reduziram significativamente o número de Application Objects (AO), aumentando a eficiência da plataforma e gerando impacto positivo nos custos de licenciamento.

No âmbito de **Sistemas Empresariais**, a CLC deu início ao projeto estratégico de migração do sistema SAP para SAP S/4 HANA (versão 2025). A adoção desta solução representa um marco tecnológico de elevada relevância, assegurando a continuidade operacional, a conformidade legal e fiscal, bem como a evolução funcional necessária para dar resposta aos desafios futuros da organização.

O projeto segue uma estratégia de conversão Brownfield e conta com o apoio especializado da Capgemini, envolvendo equipas multidisciplinares.

O sistema SAP constitui uma das plataformas nucleares da Empresa, suportando processos críticos de negócio, nomeadamente Financeiros (FI), Controlling (CO), Gestão de Ativos (AA), Tesouraria (TR), Compras e Gestão de Materiais (MM), Vendas e Distribuição (SD) e Manutenção (PM). A migração permitirá a adoção de funcionalidades mais avançadas, maior integração com analítica de dados em tempo real e uma arquitetura mais eficiente para o suporte das operações e reporting.

O projeto foi iniciado em outubro de 2025 e tem conclusão prevista para agosto de 2026. Durante este período, serão preparados múltiplos ciclos de testes e de validação com as áreas de negócio, de forma a assegurar a transição segura para o novo ambiente. A execução deste roadmap reforça o posicionamento da CLC no domínio da transformação digital e a capacidade de resposta a novos requisitos operacionais, tecnológicos e regulatórios.

No âmbito de **Cibersegurança**, foi conduzido um Assessment de Maturidade NIS2, identificando oportunidades de melhoria e permitindo alinhar

requisitos legais e regulatórios, análise de risco e plano de investimentos. Foram revistas e atualizadas as políticas internas relevantes, como a Política de Segurança de Informação, Política de Uso Aceitável e Política de Confidencialidade, passando a estar plenamente integradas nos processos da organização.

A CLC reforçou também o seu compromisso com as iniciativas ISAC-EnergyPT, sob patrocínio do CNCS, participando ativamente em ações de partilha de informação, testes e exercícios setoriais. A CLC participou na ação de Supervisão do CNCS, demonstrando a sua maturidade e o envolvimento e compromisso da Administração e das equipas com a Cibersegurança.

Foram ainda migrados os subsistemas CyberArk para versões atuais e expandido o controlo de acessos privilegiados a fornecedores tecnológicos. Paralelamente, foi operacionalizado um sistema mais robusto de monitorização e resposta a incidentes, reforçando a capacidade de deteção e mitigação de ameaças cibernéticas.

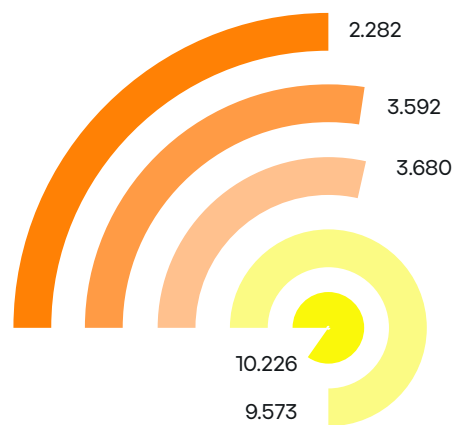
4. Conquista em Companhia



4. Desempenho

4.1 Análise Económica e Financeira

Turnover 2025 (K€)

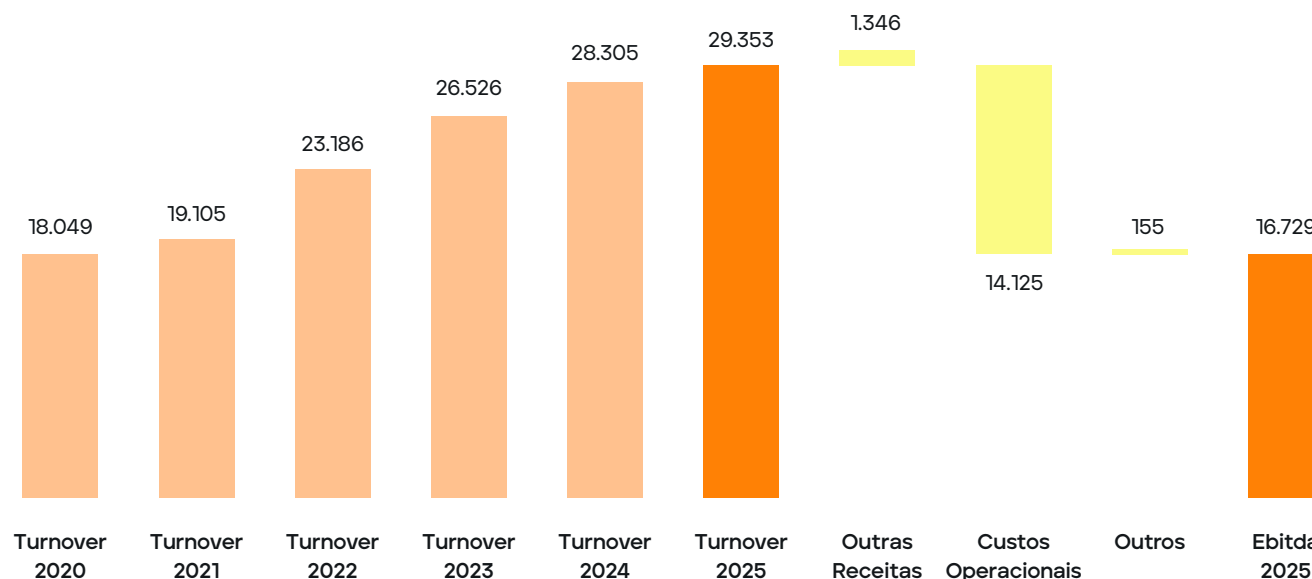


Total: 29.353

- GPL Granel
- Gasolina
- GPL Embalado
- Jet
- Gasóleo

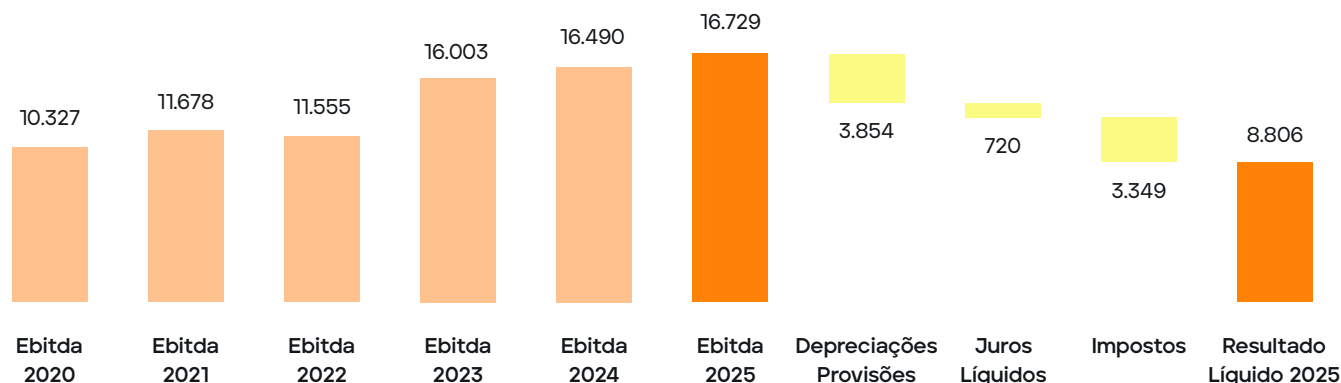
O Turnover registou um crescimento de +3,7%, dos 28.305 milhares de euros de 2024 para os 29.353 milhares de euros de 2025. O produto com mais peso continua a ser o gasóleo, com 35% (37% em 2024), logo seguido do jet com 33% (32% em 2024), este último, ao contrário do primeiro, a ter um peso cada vez maior no portfólio dos cinco produtos expedidos.

Turnover 2020-2025 (milhares de euros)



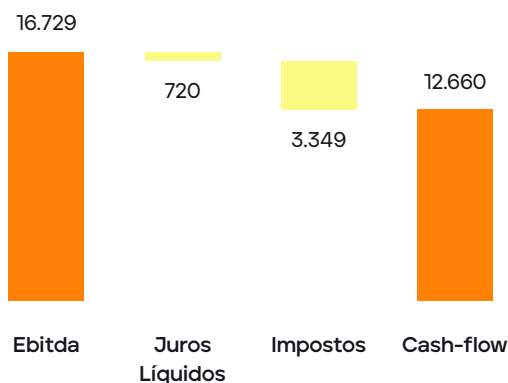
O crescimento do Turnover cifrou-se assim em +1.048 milhares de euros. Para este aumento contribuiu essencialmente a atualização tarifária de 2025, de +2,42% nos produtos a granel e de +7,96% no engarrafado, aumento este que pesou 94% daquele crescimento, no montante de 985 mil euros, já que as expedições ficaram em linha face a 2024, pesando 6% do mesmo, no montante de +63 mil euros. Nota-se também uma gradual substituição da gasolina (com um crescimento registado de +10%) pelo gasóleo, que por sua vez registou um decréscimo de -1%.

Ebitda 2020-2025 (milhares de euros)



O EBITDA, medido pelos Resultados Operacionais Antes das Depreciações, Amortizações, Perdas por Imparidade e Variação de Provisões registou em 2025 uma estabilização face a 2024 (+1%), quer pela redução do aluguer da armazenagem de curto prazo em -276 mil euros (-88%), mas também pelo aumento dos custos operacionais em +721 mil euros (+5), que assim, em agregado, praticamente anularam o efeito do aumento tarifário no aumento de 1.048 milhares de euros (+3,7%) no Turnover. Atingiu-se assim em 2025 um EBITDA de 16.729 milhares de euros, em linha com os 16.490 milhares de euros registados em 2024.

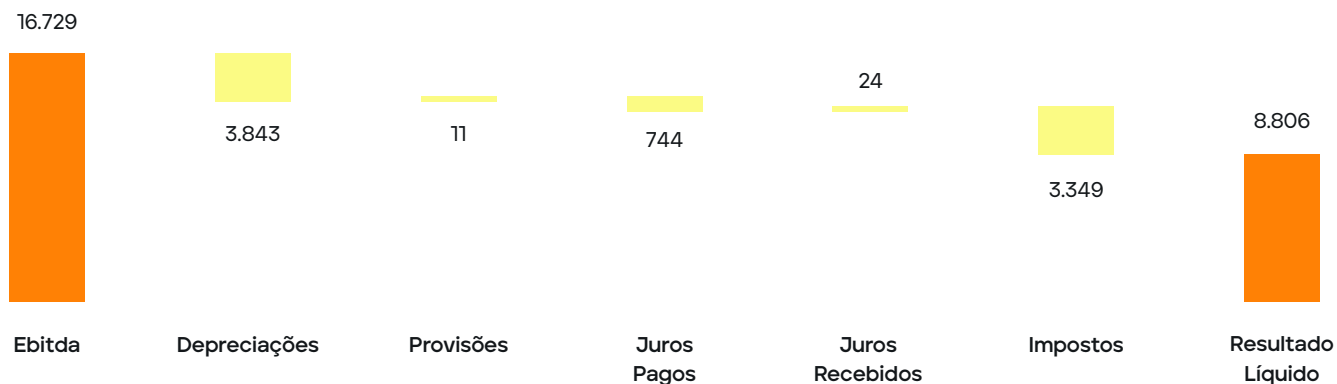
Cash-flow (milhares de euros)



Com este EBITDA de 16.729 milhares de euros gerou-se um Cash-Flow de 12.660 milhares de euros, por dedução dos 720 mil euros de Resultados Financeiros negativos e dos 3.349 milhares de euros dos impostos do ano, gerando uma variação daquele Cash-Flow em +656 milhares de euros (+6%) face aos 12.004 milhares de euros registados em 2024.

As Depreciações, Amortizações e Perdas por Imparidade de Ativos Fixos atingiram por sua vez os 3.843 milhares de euros, valor superior em +12% face aos 3.433 milhares de euros de 2024. Por sua vez a Variação de Provisões aumentaram em +11 milhares de euros, refletindo uma variação de +142% face à redução de -26 milhares de euros de 2024.

Resultado Líquido (milhares de euros)



Os Resultados Financeiros registaram em 2025 valores negativos de -720 milhares de euros, reduzindo -27% face aos -979 milhares de euros de 2024, redução esta provocada pela diminuição dos custos financeiros, designadamente dos juros bancários, onde a redução verificada nas taxas Euribor a partir de meados de 2024, cuja tendência se manteve em 2025, levou a que os juros suportados com a dívida bancária se cifrassem em valores inferiores aos do ano anterior (414 milhares de euros em 2025 contra 689 milhares de euros em 2024), incidindo sobre um valor médio de endividamento bancário cerca de 1 milhão de euros inferior a 2024, na ordem dos 16 milhões de euros.

Por fim, o Resultado Líquido do Exercício, após dedução de IRC de 3.126 milhares de euros e CESE de 223 milhares de euros, cifrou-se assim em 8.806 milhares de euros, superior em +2% face aos 8.597 milhares de euros registados em 2024 e traduzindo-se num valor de 1,7612 euros por ação.

Linhas de Crédito Ativas

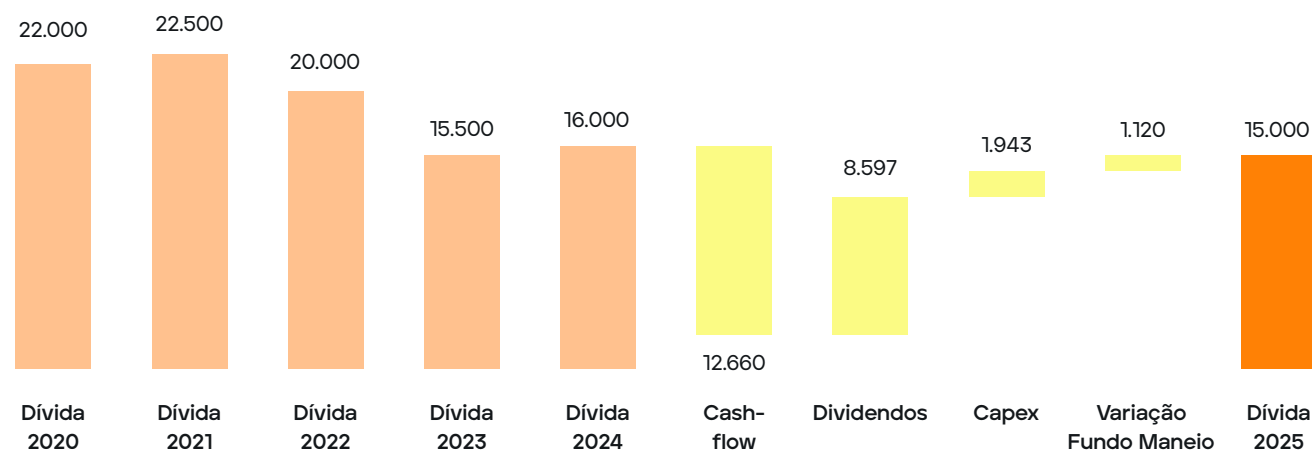
Visando o apoio à tesouraria da Empresa, contratou-se com o BCP-Banco Comercial Português, em meados de 2016, renovado anualmente até à 7ª renovação em meados de 2023, um Programa de Emissão de Papel Comercial com teto máximo de 20 milhões de euros, reforçado para 30 milhões na 2ª renovação e mantendo-se da 3ª à 7ª renovação, tendo a 1ª emissão, num total de 15 milhões de euros, ocorrido a 30 de junho de 2016. Até ao final do 1º semestre de 2024, com o termo da 7ª renovação, foram efetuadas mais 102 emissões, num total de 103 emissões, não tendo sido objeto duma 8ª renovação no seu término, a 28 de junho de 2024.

Na mesma data, foi estabelecido novo contrato com a CGD-Caixa Geral de Depósitos, também com teto máximo de 30 milhões de euros e prazo de 1 ano com possibilidade de renovação. As 1ª e 2ª emissões foram emitidas a 28 de junho de 2024, num total de 30 milhões de euros. Até ao final do 1º semestre de 2025, com o termo deste novo contrato, foram efetuadas mais 11 emissões, num total de 13 emissões, não tendo sido objeto duma 1ª renovação no seu término, a 30 de junho de 2025.

A 23 de junho de 2025, foi celebrado um novo contrato com o BCP-Banco Comercial Português, também com teto máximo de 30 milhões de euros, com o prazo de 3 anos.

As 1ª e 2ª emissões foram emitidas a 30 de junho de 2025, num total de 30 milhões de euros. Até ao final de 2025 foram efetuadas mais 5 emissões, num total de 7 emissões. Esta 7ª emissão, emitida em 2 de dezembro, corresponde à emissão viva que transitou para 2026, num total de 15.000 milhares de euros. Durante a vigência deste novo programa a 3 anos, está prevista a possibilidade, a qualquer momento, e desde que comunicado com 15 dias úteis de antecedência, a redução do montante do programa no valor mínimo de 2.000 milhares de euros, e em múltiplos de 500 milhares de euros.

Dívida 2020-2025 (milhares de euros)



Gestão de Risco

A CLC faz parte do Grupo Galp ("Galp") que opera num contexto complexo, marcado por incertezas internas e externas, inerentes à sua atividade, diversidade e dispersão geográfica das suas operações. Estes fatores podem desencadear um conjunto de riscos de natureza diversa nomeadamente de segurança pessoal e de processos, ambiental, reputacional, operacional e danos sobre ativos, com subsequentes potenciais perdas financeiras e, em última instância, comprometimento da execução da estratégia da Empresa.

Para enfrentar estes desafios, a Galp implementa um Quadro de Gestão de Riscos que assegura uma visão integrada e holística dos principais riscos e oportunidades com que a Empresa se depara. Este quadro permite uma gestão estratégica alinhada com o apetite ao risco, aumentando a probabilidade de alcançar os objetivos organizacionais e contribuindo para a sustentabilidade e criação de valor a longo prazo.

O modelo de gestão de risco adotado pela Galp, baseado em normas e orientações internacionalmente reconhecidas (*ISO 31000-Gestão do Risco* e *COSO-Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e no modelo de *governance* de

risco das três linhas de defesa, promove a integração entre a definição da estratégia da Empresa, a gestão de riscos, a implementação de controlos e a *governance*.

Neste modelo de *governance* as atividades diárias de gestão de risco e a execução das atividades de controlo interno são responsabilidade da 1ª linha de defesa (onde se incluem os *risk owners* e os *Local Risk Officers*); a 2ª linha de defesa (orientada pelo Departamento de *Risk Management and Internal Control* corporativo) é responsável pela definição de políticas e normas de risco e controlo interno e pela monitorização dos níveis de risco; e à 3ª linha de defesa (Auditoria Interna) compete a supervisão e avaliação da eficácia dos processos de gestão de risco e de controlo interno. Os órgãos de supervisão (Conselho de Administração e Comitês de apoio, Comissão Executiva, e Conselho Fiscal) garantem que o modelo funciona de maneira eficaz, promovendo a integridade e a transparência.

O desenvolvimento deste modelo de gestão de risco é enquadrado num ambiente normativo robusto, que inclui um conjunto de políticas, normas e procedimentos, e é suportado pela Política de Gestão de Risco, aprovada pelo Conselho de Administração.

Sustentado no modelo de *governance* e no ambiente normativo referidos, a Galp implementa um processo sistemático e contínuo de identificação, avaliação, resposta, monitorização, reporte e supervisão e revisão de riscos e oportunidades, garantindo que os objetivos estratégicos são alcançados e que se cria e preserva valor para os *stakeholders*.

Merecem destaque, pela probabilidade de ocorrência e/ou impacto sobre os processos, as operações, a execução da estratégia, a capacidade financeira, e a reputação da Galp, os riscos que identificamos e desenvolvemos abaixo. De referir que, maioritariamente, estes riscos são geridos centralmente ao nível corporativo.

Riscos Estratégicos

Alterações Climáticas

As alterações climáticas representam riscos significativos para a Galp, tanto físicos como de transição:

- Riscos físicos, sejam agudos (eventos extremos) ou crónicos (mudanças graduais), podem afetar operações e ativos da Galp, causando danos, interrupções ou atrasos;
- Riscos de transição relacionados com mudanças regulatórias, tecnológicas e de mercado podem alterar padrões de consumo, reduzir a procura de Oil & Gas e pressionar preços. Estes fatores podem desafiar o modelo de negócio atual da Galp, exigindo investimentos significativos na transição para soluções de baixo carbono e na mitigação do risco de "ativos irrecuperáveis".

Desempenho e Valorização do Portefólio

A sustentabilidade da Galp depende da sua capacidade de adaptar e otimizar o portefólio, focando-se em oportunidades que assegurem a criação sustentável de valor a longo prazo. Este processo implica capitalizar os ativos de alta qualidade e vantagens competitivas existentes, enquanto promove a diversificação e explora sinergias e oportunidades adjacentes alinhadas com as tendências do mercado, que lhe permitam cumprir com a sua ambição de descarbonizar ao ritmo exigido pelo mercado, garantindo competitividade e resiliência.

Reputação e Imagem

A marca e reputação da Empresa podem ser impactadas por falhas reais ou percebidas no seu modelo de governação, incluindo riscos como branqueamento de capitais, fraude, etc. Estes podem também resultar de comportamentos inadequados de indivíduos, incumprimento regulatório ou falhas na perceção do impacto das operações da Galp sobre as comunidades e o ambiente. Adicionalmente, a forma como a Empresa responde às expectativas dos clientes, stakeholders e Sociedade, especialmente no contexto da transição energética, é determinante para preservar a confiança e credibilidade da Galp.

Contexto Económico

A Galp atua num setor altamente sensível ao contexto macroeconómico, onde a oferta e a procura são diretamente condicionadas por fatores externos. A posição competitiva e desempenho financeiro podem ser prejudicados se a Empresa for incapaz de responder de forma ágil e eficaz a disrupções de mercado, incluindo condições económicas adversas que afetem a oferta e a procura. Adicionalmente, flutuações cambiais, incerteza quanto à inflação e à evolução das taxas de juro representam riscos que podem igualmente desafiar a liquidez e estabilidade da Empresa.

Inovação & Tecnologia

A capacidade para manter eficiência, competitividade e o time-to-market dos produtos e serviços da Galp depende da sua aptidão para identificar, adotar e integrar as novas tendências de transformação digital. A falta de evolução em áreas como automatização, resolução de desafios industriais complexos e implementação de práticas laborais inovadoras pode comprometer a agilidade operacional, prolongar tempos de processamento e aumentar a dependência de tarefas manuais.

A inovação tecnológica é essencial no contexto de aceleração da transição energética, permitindo desenvolver novos modelos de negócio e soluções que respondam às exigências do mercado.

Riscos Financeiros

Preço das Mercadorias

O portefólio de negócios da Galp está exposto à volatilidade dos preços do crude, produtos refinados, gás natural, eletricidade e outras mercadorias. A variação destes preços, influenciada por fatores macroeconómicos (como inflação ou taxas de juro), eventos geopolíticos (ex.: conflitos Rússia-Ucrânia ou Israel-Hamas), avanços tecnológicos (novas fontes de energia), fatores ambientais (catástrofes naturais) ou alterações regulatórias (que afetam padrões de consumo), pode impactar significativamente a dinâmica da oferta e da procura. Estes riscos podem ter efeitos adversos relevantes sobre o valor dos seus ativos, os seus resultados e o desempenho financeiro.

Riscos Tecnologias de Informação

Ciber Segurança

A maior parte dos processos da Galp depende fortemente de sistemas e dados digitais. A indisponibilidade ou falha de sistemas digitais críticos, seja por causas acidentais (falhas de rede, hardware ou software), ações intencionais (cibercrime), ou negligência (interna ou de prestadores de serviços), pode comprometer a continuidade das operações e a confidencialidade de informação sensível, incluindo dados de stakeholders (investidores, clientes, fornecedores, etc.). Estas situações podem originar notificações regulatórias, coimas, indemnizações e danos reputacionais, afetando a confiança e credibilidade da Empresa.

Riscos Legal and Compliance

Jurídico & Regulação

A Galp opera sob um amplo conjunto de leis e regulamentos, gerais e específicos do setor, nos vários países onde está presente, incluindo economias emergentes ou em desenvolvimento, com estruturas legais menos estáveis e mudanças regulatórias frequentes. Estas alterações podem modificar significativamente o contexto de negócios em que a Galp opera. O incumprimento de regulamentações nacionais ou internacionais podem excluir a Galp do mercado, com impactos severos na reputação e no desempenho financeiro da Empresa.

Riscos Pessoas

Atração e Retenção de Talento

A capacidade de atrair, reter e gerir talento é crítica para a execução eficaz da estratégia da Galp. Ao não satisfazer as ambições crescentes dos colaboradores que procuram um melhor equilíbrio entre a vida profissional e familiar, um ambiente de trabalho mais transparente e flexível, bem-estar e pacotes de benefícios competitivos (salário, benefícios flexíveis, oportunidades de aprendizagem e gestão de carreira, etc.) a Galp pode comprometer a sua capacidade de execução da estratégia de forma eficaz, podendo afetar o desempenho financeiro e reputação.

Riscos Operacionais

Abastecimento e Fornecimento

A crescente pressão sobre as cadeias de abastecimento globais pode impactar a disponibilidade de matérias-primas e mão de obra, restringir a capacidade de produção e logística, provocar aumentos de preços e volatilidade da procura. Além disso, o risco crescente de ciberataques às cadeias de fornecimento agrava a vulnerabilidade. Estes fatores podem afetar a capacidade da Galp cumprir os compromissos de fornecimento com clientes e ter um impacto substancial nos seus projetos de investimento, operações e desempenho financeiro.

Perigos e Perda Catastrófica

A natureza, complexidade técnica e diversidade das operações da Galp, especialmente no Upstream e nos processos industriais, conduzidas em ambientes altamente desafiantes e sujeitas aos efeitos de desastres naturais, atividades criminosas, agitação social e falhas técnicas ou de segurança, expõem a Empresa e as suas comunidades a um amplo espectro de riscos imprevisíveis. Estes riscos podem afetar a saúde, a segurança, a proteção e o ambiente, conduzindo a ferimentos, perda de vidas, danos ambientais, comprometer a fiabilidade operacional ou das instalações, e provocar interrupções nas operações. As consequências podem ser materialmente adversas para a reputação da Galp, o valor dos seus ativos e o desempenho financeiro.

Execução e Gestão de Projetos

A execução dos projetos da Galp está sujeita a vários riscos (mercado, liquidez, políticos, legais, técnicos, comerciais, climáticos, entre outros) que podem comprometer orçamentos, prazos, especificações técnicas, fiabilidade operacional e, em última análise, a concretização da estratégia da Empresa. Além disso, o sucesso dos projetos depende ainda do desempenho de terceiros (entidades oficiais, parceiros, fornecedores, prestadores de serviços e outras partes contratadas) sobre os quais a Galp tem um controlo limitado, podendo introduzir riscos adicionais, incluindo riscos financeiros, de compliance e cibernéticos. Qualquer evento que impeça a execução dos melhores projetos nas melhores condições técnicas e financeiras poderá ter impacto no valor dos ativos e nos resultados da Galp.

4.2 Perspetivas Futuras

Olhando para o futuro, o nosso caminho será traçado num ambiente de elevada complexidade e transformação contínua. Num cenário geopolítico volátil, marcado pela redefinição de prioridades, a nossa atuação será pautada pela rapidez na reação e pela capacidade de adaptação aos novos desafios.

No plano económico, manteremos uma gestão rigorosa para mitigar as pressões nos custos e a volatilidade dos mercados. O foco na segurança e eficiência operacional manter-se-á como prioritário, enquanto a aceleração da transição digital nos permitirá não apenas acompanhar a mudança, mas liderar a criação de valor.

Com trabalho e ambição, abordamos o novo ano como uma oportunidade para reforçar o posicionamento da CLC na logística de combustíveis e na sua sustentabilidade. Guiados pelo nosso sentido de missão, comprometemo-nos a gerar resultados superiores, alicerçados no nosso firme compromisso com a segurança e excelência.

O investimento previsto para 2026 será um instrumento de fortalecimento e modernização da CLC, orientado para segurança, eficiência e sustentabilidade. No GPL Embalado, continuaremos com o processo em curso de renovação da frota de empilhadores, a criação de um novo parque de garrafas e o estudo para a implementação duma fábrica de requalificação de garrafas danificadas, reforçando a capacidade operacional e a gestão de recursos. Nos sistemas de informação, a migração para o SAP S/4HANA permitirá acelerar a digitalização de processos, melhorar a monitorização das atividades e ter um maior suporte à tomada de decisão. A segurança do transporte de combustíveis será fortalecida com a utilização de drones no oleoduto, enquanto os sistemas de automação serão modernizados para garantir continuidade e fiabilidade operacional. O laboratório será equipado com novas infraestruturas, promovendo a sua modernização e a consolidação das melhores práticas. Paralelamente, a segurança contra incêndios será reforçada com a conversão para sistemas de espumífero atualizados, e a cibersegurança continuará a evoluir, alinhada com as melhores práticas e exigências regulamentares. Cada um destes investimentos reflete o compromisso da CLC em antecipar desafios, elevar padrões de excelência e criar valor sustentável para os seus stakeholders.

O futuro da CLC será pautado pela valorização contínua das pessoas, reconhecendo que o seu capital humano é o verdadeiro motor do sucesso e da inovação. Nos próximos anos, temos como prioridade fortalecer uma cultura organizacional centrada no desenvolvimento contínuo de competências, no bem-estar das pessoas, na excelência e no mérito.

A CLC mantém um forte compromisso com a expansão e diversificação das suas operações, tendo identificado como prioridade estratégica o fornecimento de jet fuel ao novo Aeroporto de Lisboa. Encaramos este projeto como uma oportunidade única para consolidar a nossa posição no setor e reforçar a nossa presença na logística de combustíveis.

Entre 2026 e 2030, a CLC investirá 13,5 milhões de euros, reafirmando o seu compromisso com um futuro mais seguro, eficiente e sustentável, **Construindo o Amanhã, Hoje.**

4.3 Factos Relevantes Ocorridos Após o Encerramento do Exercício

Não ocorreram factos relevantes.

Relativamente ao programa de papel comercial contratado com o Banco Comercial Português a 23 de junho de 2025, cuja 7ª emissão no montante de m€.15.000, emitida a 2 de dezembro e vencimento a 2 de janeiro 2026, correspondente à emissão ativa a 31 de dezembro de 2025, (Nota 23), foram efetuadas após aquela data mais 3 emissões, num total de 10 emissões desde início do programa. Esta 10ª emissão, no montante de m€. 11.500, foi emitida a 2 de março de 2026 e vencerá no próximo dia 1 de abril. Este evento não tem qualquer impacto nas demonstrações financeiras da Entidade com referência ao período findo a 31 de dezembro de 2025.

4.4 Proposta de Aplicação de Resultados

O Resultado Líquido do Exercício que terminou em 31 de dezembro de 2025 foi de **8.805.598,51 euros (oito milhões oitocentos e cinco mil quinhentos e noventa e oito euros e cinquenta e um cêntimos)**, propondo o Conselho de Administração que seja aplicado na distribuição de dividendos aos Acionistas. Por fim, propõe-se uma distribuição máxima de 467.000,00 euros (quatrocentos e sessenta e sete mil euros) aos Colaboradores da Empresa e ao seu Administrador-Delegado, a título de participação nos resultados, montante este já reconhecido e expresso nas demonstrações financeiras da Empresa, tendo os respetivos resultados líquidos de 2025 sido apurados já considerando aquele valor. A repartição deste montante entre os colaboradores da Empresa e o seu Administrador-Delegado deverá ser determinada pelo Conselho de Administração da Empresa, nos termos das normas internas aplicáveis.

Aveiras de Cima, 9 de março de 2026

O Conselho de Administração

Eng.º Ricardo Nuno Camacho Gomes Dias
Ferreira

Dr. José Eduardo Monteiro Sequeira Nunes

Dr. Arnaud Michel Havard

Eng.º Sérgio Manuel Ferreira Almeida

Dra. Vera Catarina Duque Vicente Ferreira

5. Conteúdo em Companhia





5. Anexos

5.1 Declarações e Menções Obrigatórias

Lista de Acionistas a 31 de dezembro de 2025

(Artigos 448.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais)

Petrolgal, S.A.	65%
Rubis Energia Portugal, S.A.	20%
Repsol Portuguesa, S.A.	15%

Ações Próprias

(Artigos 66.º alínea d) e 325.º-A n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais)

Durante o exercício de 2025 a CLC – Companhia

Logística de Combustíveis, S.A. não adquiriu nem alienou ações próprias nem era detentora de ações próprias em 31 de dezembro de 2025.

Ações e Obrigações da Galp Energia, SGPS, S.A., Detidas Por Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização a 31 de dezembro de 2025

(Artigo 447.º n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais)

Conselho de Administração		Aquisição em 2025			Alienação em 2025			Total em 31/12/2025
		Data	Nº de Ações	Valor Unitário	Data	Nº de Ações	Valor Unitário	
Presidente do Conselho de Administração	Ricardo Nuno Camacho Gomes Dias Ferreira	N/A	Nota 1	N/A	N/A	Nota 1	N/A	1.500
Administrador Delegado	José Eduardo Monteiro Sequeira Nunes	N/A	0	N/A	N/A	0	N/A	0
Vogal do Conselho de Administração	Vera Catarina Duque Vicente Ferreira	N/A	Nota 2	N/A	N/A	Nota 2	N/A	0
Vogal do Conselho de Administração	Sérgio Manuel Ferreira Almeida	N/A	0	N/A	30 de abril	825	16,50€	0
Vogal do Conselho de Administração	Arnaud Michel Havard	N/A	0	N/A	N/A	0	N/A	0
Órgão de Fiscalização		Data	Nº de Ações	Valor Unitário	Data	Nº de Ações	Valor Unitário	Total em 31/12/2025
Fiscal Único Efetivo	M. Silva, P. Caiado, P. Ferreira & Associados SROC, Lda	N/A	0	N/A	N/A	0	N/A	0
Fiscal Único Suplente	Ernst & Young Audit & Associados SROC, SA	N/A	0	N/A	N/A	0	N/A	0

Nota 1. O Eng.º Ricardo Nuno Camacho Gomes Dias Ferreira foi eleito Presidente do Conselho de Administração em 15 de outubro, substituindo a Eng.ª Marta Maria Vieira da Silva Rosado, que não detinha ações em 30 de setembro, data da sua renúncia. Nota 2. A Dra. Vera Catarina Duque Vicente Ferreira foi eleita Vogal do Conselho de Administração em 14 de novembro, substituindo a Eng.ª Armando Augusto Ferreira de Oliveira, que não detinha ações em 14 de novembro, data da sua renúncia. Nenhum dos membros dos órgãos de administração e fiscalização era titular a 31 de dezembro de 2025, de obrigações emitidas pela Galp Energia, SGPS, S.A..



Negócios dos Administradores com a Sociedade

(Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais)

Não se registaram em 2025 autorizações a membros do Conselho de Administração da CLC – Companhia Logística de Combustíveis, S.A. para a realização de negócios com a sociedade.

Posições credoras e devedoras com sociedades do grupo

(Artigos 5.º n.º 4 do Decreto-Lei n.º 495/88 de 30 de dezembro, com a nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 318/94 de 24 de dezembro)

Ver a Nota 29 (Saldo e transações com entidades relacionadas) e posições credoras sobre sociedades participadas do Anexo às Demonstrações Financeiras.

5.2 Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

5.2.1 Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Ativo	Notas	31 Dez 2025	31 Dez 2024
Ativo Não Corrente			
Ativos Tangíveis	12	34.796	36.611
Direitos de Uso De Ativos	13	491	635
Ativos Intangíveis	12	268	207
Outras Contas a Receber	15	714	646
Ativos por Impostos Diferidos	9	307	324
Total de Ativos Não Correntes		36.576	38.423
Ativo Corrente			
Inventários	17	684	614
Clientes	16 e 29	112.345	102.334
Outras Contas a Receber	15	666	614
Caixa e Seus Equivalentes	19	854	573
Total de Ativos Correntes		114.549	104.135
Total do Ativo		151.125	142.558

(Montantes expressos em milhares de Euros - m€.)

As notas anexas fazem parte da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025.

O Contabilista Certificado

Dr. Artur José Pinto Cordeiro

O Conselho de Administração

Eng.º Ricardo Nuno Camacho
Gomes Dias Ferreira

Dr. José Eduardo Monteiro
Sequeira Nunes

Dr. Arnaud Michel Havard

Eng.º Sérgio Manuel Ferreira
Almeida

Dra. Vera Catarina Duque
Vicente Ferreira



Capital Próprio e Passivo	Notas	31 Dez 2025	31 Dez 2024
Capital Próprio			
Capital Social	20	5.000	5.000
Outras Reservas	21	1.000	1.000
Resultado Líquido do Exercício		8.806	8.597
Total do Capital Próprio		14.806	14.597
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Empréstimos	23	15.000	-
Responsabilidades por Direitos de Uso	13	513	650
Provisões	26	4.534	4.056
Total de Passivos Não Correntes		20.047	4.706
Passivo Corrente			
Empréstimos e Descobertos Bancários	23	-	16.000
Fornecedores	27	2.130	2.153
Outras Contas a Pagar	25	113.738	104.460
Responsabilidades por Direitos de Uso	13	87	155
Imposto Corrente sobre o Rendimento a Pagar	9	317	487
Total do Passivo Corrente		116.272	123.255
Total do Passivo		136.319	127.961
Total do Capital Próprio e do Passivo		151.125	142.558

(Montantes expressos em milhares de Euros - m€.)

As notas anexas fazem parte da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025.

O Contabilista Certificado

Dr. Artur José Pinto Cordeiro

O Conselho de Administração

Eng.º Ricardo Nuno Camacho
Gomes Dias Ferreira

Dr. José Eduardo Monteiro
Sequeira Nunes

Dr. Arnaud Michel Havard

Eng.º Sérgio Manuel Ferreira
Almeida

Dra. Vera Catarina Duque
Vicente Ferreira

5.2.2 Demonstração dos Resultados por Natureza para os Exercícios de 2025 e 2024

	Notas	2025	2024
Proveitos Operacionais			
Prestação de Serviços	5 e 7	29.447	28.661
Outros Proveitos Operacionais	5 e 7	1.407	1.258
Total de Proveitos Operacionais		30.854	29.919
Gastos Operacionais			
Custo das Vendas	6 e 7	604	574
Fornecimentos e Serviços Externos	6 e 7	8.768	8.195
Custos com o Pessoal	6 e 7	4.507	4.439
Depreciações, Amortizações e Perdas por Imparidades de Ativos Fixos	6 e 7	3.843	3.433
Provisões e Perdas por Imparidade de Contas a Receber	6 e 7	11	(26)
Outros Custos Operacionais	6 e 7	246	221
Total de Gastos Operacionais		17.979	16.836
Resultados Operacionais		12.875	13.083
Proveitos Financeiros	7 e 8	24	51
Custos Financeiros	7 e 8	(744)	(1.030)
Resultado Antes de Impostos e das Contribuições Extraordinárias do Setor Energético		12.155	12.104
Imposto Sobre o Rendimento	7 e 9	(3.126)	(3.277)
Contribuição Extraordinária do Setor Energético	7, 9 e 26	(223)	(230)
Resultado Líquido do Exercício		8.806	8.597
Resultado por Ação (Valor em Euros)	7 e 10	1.7612€	1.7194€

(Montantes expressos em milhares de Euros - m€.)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por natureza para o exercício de 2025.

O Contabilista Certificado

Dr. Artur José Pinto Cordeiro

O Conselho de Administração

Eng.º Ricardo Nuno Camacho
Gomes Dias Ferreira

Dr. José Eduardo Monteiro
Sequeira Nunes

Dr. Arnaud Michel Havard

Eng.º Sérgio Manuel Ferreira
Almeida

Dra. Vera Catarina Duque
Vicente Ferreira

5.2.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios de 2025 e 2024

	Notas	2025	2024
Atividades Operacionais			
Recebimentos de Clientes		38.054	36.913
Pagamentos a Fornecedores		(12.076)	(10.856)
Pagamentos ao Pessoal		(4.594)	(4.516)
(Pagamentos)/Recebimentos de Imposto sobre Produtos Petrolíferos		44	(34)
(Pagamento)/Recebimento do Imposto sobre o Rendimento		(3.276)	(4.240)
Outros (Pagamentos)/Recebimentos Relativos à Atividade Operacional		(4.713)	(4.520)
Fluxos das Atividades Operacionais (1)		13.439	12.747
Atividades de Investimento			
Recebimentos Provenientes de:			
Ativos Tangíveis		13	12
		13	12
Pagamentos Respeitantes a:			
Ativos Tangíveis	12 e 25	(2.861)	(3.495)
Ativos Intangíveis		-	(23)
		(2.861)	(3.518)
Fluxos das Atividades de Investimento (2)		(2.848)	(3.506)

(Montantes expressos em milhares de Euros - m€.)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício de 2025.



	Notas	2025	2024
Atividades de Financiamento			
Recebimentos Provenientes de:			
Empréstimos Obtidos	23	203.250	176.000
Juros e Proveitos Similares		20	124
		203.270	176.124
Pagamentos Respeitantes a:			
Empréstimos Obtidos	23	(204.250)	(175.500)
Juros de Empréstimos Obtidos		(428)	(999)
Juros e Custos Similares		(58)	(46)
Dividendos/Distribuição de Resultados	31	(8.597)	(9.017)
Amortizações de Direitos de Uso	13	(206)	(173)
Juros de Locações	13	(41)	(34)
		(213.580)	(185.769)
Fluxos das Atividades de Financiamento (3)		(10.310)	(9.645)
Variação de Caixa e seus Equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)			
Caixa e seus Equivalentes no Início do Exercício	19	573	977
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Exercício	19	854	573

(Montantes expressos em milhares de Euros - m€.)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício de 2025.

O Contabilista Certificado

Dr. Artur José Pinto Cordeiro

O Conselho de Administração

Eng.º Ricardo Nuno Camacho
Gomes Dias Ferreira

Dr. José Eduardo Monteiro
Sequeira Nunes

Dr. Arnaud Michel Havard

Eng.º Sérgio Manuel Ferreira
Almeida

Dra. Vera Catarina Duque
Vicente Ferreira



5.2.4 Demonstração do Rendimento Integral para os Exercícios de 2025 e 2024

	Notas	2025	2024
Resultado Líquido do Exercício		8.806	8.597
Outros Ganhos e Perdas Reconhecidos nos Capitais Próprios		-	-
Rendimento Integral do Exercício		8.806	8.597

(Montantes expressos em milhares de Euros - m€.)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por natureza para o exercício de 2025.

O Contabilista Certificado

Dr. Artur José Pinto Cordeiro

O Conselho de Administração

Eng.º Ricardo Nuno Camacho
Gomes Dias Ferreira

Dr. José Eduardo Monteiro
Sequeira Nunes

Dr. Arnaud Michel Havard

Eng.º Sérgio Manuel Ferreira
Almeida

Dra. Vera Catarina Duque
Vicente Ferreira

5.2.5 Demonstração das Alterações no Capital Próprio para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

Movimentos do Exercício	Notas	Capital Social (Nota 20)	Outras Reservas (Nota 21)	Resultado Líquido do Exercício	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2024		5.000	1.000	9.017	15.017
Resultado Líquido do Exercício		-	-	8.597	8.597
Outros Ganhos e Perdas Reconhecidos nos Capitais Próprios		-	-	-	-
Rendimento Líquido do Exercício		-	-	8.597	8.597
Distribuição de Dividendos/Dividendos Antecipados		-	-	(9.017)	(9.017)
Saldo em 31 de Dezembro de 2024		5.000	1.000	8.597	14.597
Resultado Líquido do Exercício		-	-	8.806	8.806
Outros Ganhos e Perdas Reconhecidos nos Capitais Próprios		-	-	-	-
Rendimento Líquido do Exercício		-	-	8.806	8.806
Distribuição de Dividendos/Dividendos Antecipados	31	-	-	(8.597)	(8.597)
Saldo em 31 de Dezembro de 2025		5.000	1.000	8.806	14.806

(Montantes expressos em milhares de Euros - m€.)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração de alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O Contabilista Certificado

Dr. Artur José Pinto Cordeiro

O Conselho de Administração

Eng.º Ricardo Nuno Camacho
Gomes Dias Ferreira

Dr. José Eduardo Monteiro
Sequeira Nunes

Dr. Arnaud Michel Havard

Eng.º Sérgio Manuel Ferreira
Almeida

Dra. Vera Catarina Duque
Vicente Ferreira



5.2.6 Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€.)



Índice

1. Nota Introdutória	49	12. Ativos Tangíveis e Intangíveis	70
2. Políticas Contabilísticas, Estimativas e Julgamentos	50	13. Direitos de Uso	73
a. Bases de Apresentação	50	14. Subsídios	74
b. Ativos Tangíveis	51	15. Outras Contas a Receber	75
c. Ativos Intangíveis	52	16. Clientes	76
d. Imparidade de Ativos Não Correntes, Exceto Goodwill	53	17. Inventários	76
e. Responsabilidade por Locações e Direitos de Uso	53	18. Outros Investimentos Financeiros	76
f. Inventários	55	19. Caixa e Seus Equivalentes	77
g. Subsídios Governamentais ou de Outras Entidades Públicas	55	20. Capital Social	77
h. Provisões, passivos Contingentes e Ativos Contingentes	55	21. Outras Reservas	77
i. Saldos e Transações Expressos em Moeda Estrangeira	56	22. Interesses Não Controlados	77
j. Proveitos e Especialização de Exercícios	57	23. Empréstimos e Descobertos Bancários	78
k. Encargos Financeiros com Empréstimos Obtidos	57	24. Responsabilidades com Benefícios de Reforma e Outros Benefícios	78
l. Imposto Sobre o Rendimento	57	25. Outras Contas a Pagar	79
m. Instrumentos Financeiros	58	26. Provisões	80
n. Classificação das Demonstrações da Posição Financeira	59	27. Fornecedores	80
o. Eventos Subsequentes	59	28. Outros Instrumentos Financeiros – Derivados Financeiros	81
p. Estimativas e Julgamentos	59	29. Saldos e Transações com Entidades Relacionadas	81
3. Empresas Incluídas na Consolidação	60	30. Remunerações dos Órgãos Sociais	83
4. Participações Financeiras em Empresas	60	31. Dividendos	83
5. Proveitos Operacionais	61	32. Reservas Petrolíferas	83
6. Gastos Operacionais	62	33. Activos e Passivos Contingentes	83
7. Informação por Segmentos	64	34. Informação Sobre Matérias Ambientais	85
8. Proveitos e Custos Financeiros	66	35. Eventos Subsequentes	85
9. Imposto Sobre o Rendimento	66	36. Aprovação das Demonstrações Financeiras	86
10. Resultados por Ação	69		
11. Goodwill	69		

1. Nota Introdutória

A CLC - Companhia Logística de Combustíveis, S.A (doravante Empresa) foi constituída em 20 de abril de 1994 com sede em Lisboa, tendo transferido no final do exercício de 1996 a sua sede para o Parque de Aveiras (local onde se localiza o Parque de Armazenagem de Combustíveis e as Instalações da Empresa), localizado na E.N. 366, ao Km 18, em Aveiras de Cima, no concelho de Azambuja, distrito de Lisboa, PORTUGAL. A Empresa tem como atividade principal a instalação e exploração de parques de armazenagem de combustíveis líquidos e gasosos, bem como das respetivas estruturas de transportes. A Empresa iniciou a sua atividade de exploração dos ativos acima referidos, durante o primeiro trimestre de 1997.

No ano 2000 a Empresa iniciou um processo de certificação dos seus Sistemas de Qualidade, Ambiente e Segurança, tendo no ano 2001 obtido a certificação no **Sistema de Qualidade de acordo com a Norma NP EN ISO 9001**, um ano depois em 2002 a certificação no **Sistema de Segurança e Saúde no Trabalho de acordo com a Norma OHSAS 18001** e finalmente em 2004 finalizado o processo com a certificação do

Sistema de Ambiente de acordo com a Norma NP EN ISO 14001.

Hoje a Empresa tem certificado um **Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho** a que juntou, em 2008, a **Acreditação do seu Laboratório segundo a Norma NP EN ISO/IEC 17025.**

Em 2020 procedeu-se à atualização da certificação no **Sistema de Segurança e Saúde no Trabalho**, passando a partir daquela data o referido sistema a estar **de acordo com a Norma ISO 45001.**

O **Parque de Armazenagem de Combustíveis**, propriedade e operado pela Empresa, destina-se à receção através do oleoduto multiprodutos, à armazenagem e à expedição (a granel ou em garrafas) de combustíveis líquidos (produtos brancos - gasóleo, gasolina e jet - e gasosos - gases de petróleo liquefeitos - butano e propano). É a partir do referido Parque que é abastecida toda a zona centro do País, incluindo a área metropolitana de Lisboa e o Aeroporto da Portela.

Os produtos armazenados no Parque de Aveiras são transportados através do **Oleoduto Multiprodutos**, o qual tem a extensão de 147 quilómetros, também propriedade e operado pela Empresa, e nele são transportados os

combustíveis líquidos e gases de petróleo liquefeitos desde a Refinaria de Sines até ao Parque de Armazenagem de Combustíveis.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em milhares de Euros (unid: m€), dado que esta é a divisa preferencialmente utilizada no ambiente económico em que a Empresa opera, arredondados ao milhar mais próximo exceto se expresso em contrário. Deste modo, os subtotais e totais das tabelas apresentadas nestas demonstrações financeiras e notas explicativas podem não ser iguais à soma dos valores apresentados, devido a arredondamentos.

2. Políticas Contabilísticas, Estimativas e Julgamentos

As políticas contabilísticas materiais adotadas pela Empresa na preparação das demonstrações financeiras são as abaixo mencionadas.

a. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as **Normas Internacionais de Relato Financeiro**, tal como adotadas pela União Europeia, efetivas para exercícios económicos iniciados em 01 de Janeiro de 2025.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("*IFRS*" - *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("*IASB*"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("*IAS*"), emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* ("*IASC*") e respectivas interpretações - *SIC* e *IFRIC*, emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("*IFRIC*") e *Standing Interpretation Committee* ("*SIC*") e *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("*IFRIC*"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por "*IFRS*".

O Conselho de Administração da Empresa entende que as demonstrações financeiras anexas e as notas que se seguem asseguram uma adequada apresentação da informação financeira.

As normas "*IFRS*" aprovadas e publicados no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e com aplicação contabilística em exercícios posteriores são resumidamente apresentadas no quadro abaixo, sem impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Empresa.

Normas e Interpretações publicadas pelo JOUE e aprovadas pela UE, que entram em vigor em 2025:

Normas IAS/IFRIC	Data da Publicação no Joue	Data de Aplicação Contabilística	Exercício Económico em que se Aplica	Observações
"Alterações à IAS 21 'Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade' (emitida a 15 de agosto de 2023)"	13/11/24	1/1/25	2025	Sem impactos contabilísticos

Relativamente às normas em vigor em exercícios que se iniciarem após 1 de janeiro de 2026, a Empresa não espera que estas venham a produzir efeitos materialmente relevantes sobre a sua posição patrimonial e resultados.

Normas e Interpretações publicadas pelo JOUE e aprovadas pela UE, que entraram em vigor em 2026:

Normas IAS/IFRIC	Data da publicação no JOUE	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
Melhorias Anuais Volume 11 (IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7) (emitida a 18 de julho de 2024)	10/07/25	01/01/26	2026	Sem impactos contabilísticos estimados.
Alterações à IFRS 9 e IFRS 7 'Contratos relativos a eletricidade dependente da natureza' (emitida a 18 de dezembro de 2024)	01/07/25	01/01/26	2026	Sem impactos contabilísticos estimados.
Alterações à IFRS 9 e IFRS 7 'Classificação e mensuração de instrumentos financeiros' (emitida a 30 de maio de 2024)	28/05/25	01/01/26	2026	Sem impactos contabilísticos estimados.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e gastos durante o período de reporte. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

A **CLC - Companhia Logística de Combustíveis, SA**, na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras, declara estar em cumprimento, de forma explícita e sem reservas, com as normas IAS/IFRS e suas interpretações SIC/IFRIC, aprovadas pela União Europeia.

b. Ativos Tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição – o qual inclui o preço de fatura, as despesas de transporte e montagem e os encargos financeiros suportados durante o período de construção – deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade.

As depreciações são calculadas de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos.

No exercício iniciado a 1 de janeiro de 2017 a Empresa constatou que:

- num conjunto de 49 reservatórios de armazenagem, dos quais 35 em formato cilíndrico vertical para armazenagem de gasolinas, gasóleos, jet e água, e 14 em formato esférico para armazenagem de gás de petróleo liquefeito e;
- no oleoduto multiprodutos com comprimento de 147 quilómetros para ligação da estação de bombagem localizada em Sines ao parque de armazenagem de Aveiras;
- a viabilidade técnica e económica destes ativos era superior ao da sua vida útil inicial estimada de 20 anos.

Assim a Empresa solicitou a uma entidade independente para proceder a uma análise técnica que confirmasse aquela realidade, o que veio a suceder, passando a vida útil estimada:

- dos 49 reservatórios de armazenagem, de 20 anos para 35 anos e;
- do oleoduto multiprodutos, de 20 anos para 50 anos.

As taxas de depreciação utilizadas resultam assim das seguintes vidas úteis estimadas em anos:

	2025	2024
Edifícios E Outras Construções	50	50
Oleoduto Multiprodutos (Nota 2.P)	50	50
Outro Equipamento Básico da Rede de Transporte	20	20
Reservatórios de Armazenagem (Nota 2.P)	35	35
Outro Equipamento Básico da Rede de Armazenagem	11 - 16	11 - 16
Equipamento de Carga e Transporte	4 - 8	4 - 8
Ferramentas e Utensílios	4 - 5	4 - 5
Equipamento Administrativo	3 - 5	3 - 5

Para que se mantenham operacionais, os reservatórios de armazenagem e respetivas linhas de interligação, incluindo o oleoduto, têm de manter um nível mínimo operacional de combustíveis líquidos e gasosos para que possam funcionar de forma regular, mantendo a pressão e evitando assim bolsas de ar e conseqüentemente a paragem das bombas de extração.

Por esse motivo, no exercício iniciado a 1 de janeiro de 2017, a Empresa adquiriu aqueles níveis mínimos de combustíveis, registando-os pelo seu custo de aquisição como ativos tangíveis, sendo componente integrante dos reservatórios que os armazenam, componente que será depreciada de acordo com a vida útil remanescente dos reservatórios (Nota 12).

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente e plurianual são registados como gastos do exercício em que são incorridos. As grandes reparações relativas à substituição

de partes de equipamentos ou outros ativos tangíveis são registadas como ativos tangíveis, caso seja identificada e abatida a componente substituída, e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil residual dos respetivos ativos fixos principais.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou abate dos ativos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate. O valor líquido contabilístico incorpora as perdas por imparidade acumuladas. As mais e menos-valias contabilísticas apuradas são registadas nas demonstrações dos resultados nas rubricas de outros proveitos operacionais ou outros custos operacionais, respetivamente.

c. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa e sejam controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

Os ativos intangíveis incluem na rubrica de propriedade industrial e outros direitos, essencialmente:

- Despesa incorrida com a licença camarária para utilização do parque de armazenagem, as quais são amortizadas pelo método de quotas constantes por duodécimos, durante um período de 15 anos;
- Direitos de passagem pagos aos proprietários dos terrenos de passagem do oleoduto, os quais são amortizados pelo método das quotas constantes por duodécimos, durante um período de 20 anos, correspondente ao período de vida útil inicial do oleoduto.

d. Imparidade de Ativos Não Correntes, Exceto Goodwill

São efetuados testes de imparidade à data das demonstrações financeiras e sempre que seja identificada uma desvalorização do ativo ou ativos em apreço. Nos casos em que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, que é

registada nas demonstrações dos resultados na rubrica de depreciações, amortizações e perdas por imparidade de ativos fixos.

A quantia recuperável é o maior entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação.

O valor de uso é determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados do ativo durante a sua vida útil estimada. A quantia recuperável é estimada para o ativo ou unidade geradora de caixa a que esta possa pertencer. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o custo médio ponderado dos capitais empregues na Empresa ("WACC").

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido.

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida nas demonstrações dos resultados

como dedução à rubrica de amortizações e depreciações. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

e. Direitos de Uso e Responsabilidade por Locações

Reconhecimento

A Empresa reconhece um direito de uso de um ativo e um passivo de locação na data de início do contrato de arrendamento. O direito de uso do ativo é inicialmente mensurado ao custo, que compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustada por quaisquer pagamentos de locação feitos em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridas, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido.

A responsabilidade da locação é inicialmente reconhecida pelo valor presente das rendas

ainda não pagas à data do contrato de locação, descontando os juros a uma taxa de juro implícita na locação, ou no caso em que não seja possível determinar esta taxa facilmente, utilizando a taxa de juro incremental da Empresa. Em geral, a Empresa utiliza a sua taxa de juro incremental como a taxa de desconto a aplicar. Pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem o seguinte:

- pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos;
- pagamentos de locação variável, dependente de uma determinada taxa ou índice;
- montantes que sejam devidos ao abrigo de uma garantia do valor residual;
- preço de exercício da opção de compra, se for razoavelmente certo que o locatário exerça a opção; e
- pagamento de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o locatário cancele o contrato.

A responsabilidade por locações é mensurada pelo custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo. É remensurada quando se verificam alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração da taxa ou índice ou taxa, se ocorrer uma alteração na estimativa da Empresa do montante que deverá ser pago sob uma garantia de valor residual, ou caso a Empresa altere a sua avaliação acerca a opção de exercício de compra, sua extensão ou rescisão.

Quando a responsabilidade por locações é remensurada, o valor do direito de uso é também ajustado, ou é registado um lucro ou prejuízo na demonstração de resultados, se a quantia escriturada do ativo do direito de uso já se encontrava reduzida a zero.

A Empresa apresenta os direitos de uso de ativos e as responsabilidades por locações em rubricas devidamente segregadas na demonstração da posição financeira.

Locações de Curto Prazo ou Locações de Ativos de Baixo Valor

A Empresa não reconhece como direitos de uso de ativos ou responsabilidade de locações, contratos de locação de duração inferior a 12 meses ou locações de baixo valor. A Empresa reconhece os dispêndios associados a estas locações, como um custo do exercício durante o período de vida dos contratos.

Depreciação

O direito de uso do ativo é depreciado utilizando o método de depreciação linear, com base no mais baixo de entre a vida útil do ativo do direito de uso ou o fim do prazo da locação. A vida útil estimada dos ativos do direito de uso

é determinada na mesma base que para os restantes ativos tangíveis.

Imparidades

O direito de uso do ativo é periodicamente reduzido por perdas de imparidade, e ajustado por certas variações da obrigação por locações associadas ao ativo.

Estimativas Contábilísticas e Julgamentos

• Vidas úteis, valores residuais dos ativos e taxas de desconto

O apuramento dos valores residuais dos ativos, estimativa das vidas úteis e taxas de desconto têm por base premissas dos contratos de locação (ou ativos similares) e são definidos baseados no julgamento da Gestão, assim como as melhores práticas em uso pelos “peers” do setor. A taxa de desconto considerada é abrangida num intervalo de [0,30% - 5,00%].

• Imparidade dos direitos de uso de ativos

Identificação de indicadores de imparidade, estimativa de fluxos de caixa futuros e determinação do justo valor dos ativos exige um elevado nível de julgamento da Gestão, em termos de identificação e avaliação dos indicadores de imparidade diferentes,



nomeadamente o fluxo de caixa esperado, as taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

f. Inventários

Os inventários compreendem essencialmente consumíveis e materiais de substituição destinados à manutenção do equipamento do parque de armazenagem e do oleoduto. Encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, que inclui todas as despesas até à entrada em armazém, sendo utilizado o custo médio como método de custeio.

Foi registado um ajustamento aos inventários para refletir a diferença entre o valor de custo dos mesmos e o respetivo valor de realização, nos casos em que este é inferior ao custo na data das demonstrações da posição financeira (Nota 17).

g. Subsídios Governamentais ou de Outras Entidades Públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

h. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As **provisões** são reconhecidas, quando e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal, contratual ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da

posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para despesas ambientais surgem principalmente em ligação com instalações de produtos petrolíferos, tais como logística e de armazenamento. As despesas ambientais necessárias para que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros dos seus ativos são capitalizadas como parte desses ativos. As despesas relacionadas com uma condição existente causada por operações passadas que não contribuem para resultados futuros são consideradas despesas. As responsabilidades por custos ambientais são reconhecidas quando surge uma obrigação legal ou construtiva ou quando uma descontaminação é provável e os custos associados podem ser estimados de forma fiável.

Tais obrigações também podem concretizar-se durante o período de funcionamento de uma instalação ou de parte dela através de uma alteração na legislação ou através de um compromisso com um plano de ação formal, uma decisão de terminar as operações ou, se anterior, durante o desinvestimento ou o encerramento de instalações inativas. O montante reconhecido é a melhor estimativa para satisfazer a obrigação. As provisões ambientais para descontaminação são estimadas, tendo como base tecnologia

existente, preços futuros e atualizadas com uma taxa de desconto nominal.

As provisões ambientais para descontaminação de solos e água são reconhecidas como custo do exercício, qual a descontaminação é necessária e os custos possam ser mensurados com fiabilidade. O montante reconhecido é a melhor estimativa para satisfazer a obrigação. As provisões ambientais são estimadas, tendo como base tecnologia existente, preços futuros e atualizadas com uma taxa de desconto nominal.

As provisões para disputas legais incluem vários tipos de provisões vinculados a disputas legais em curso. A Administração faz estimativas referentes a provisões e contingências, incluindo a avaliação da probabilidade de desfecho dos resultados de litígios pendentes e potenciais. Estes são, por natureza, dependentes de eventos futuros inerentemente incertos. Ao determinar os resultados prováveis do litígio, a Administração considera os pareceres dos seus advogados, bem como a experiência passada.

Um **passivo contingente** é: ou i) uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou ii) uma obrigação

presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:

- não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
- a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

Um **ativo contingente** é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

i. Saldos e Transações Expressas em Moeda Estrangeira

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras são convertidas para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes à data das demonstrações da posição financeira de cada período.

As transações são registadas nas demonstrações financeiras em Euros, utilizando as taxas de câmbio em vigor no último dia do mês imediatamente anterior à data da transação.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como proveitos e/ou gastos nas demonstrações dos resultados do exercício na rubrica de ganhos (perdas) cambiais.

j. Proveitos e Especialização de Exercícios

A Empresa regista os seus proveitos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. Os proveitos e gastos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os proveitos associados com as prestações de serviços são reconhecidos em resultados com referência à fase de acabamento da transação à data de balanço e quando o montante do proveito possa ser mensurado com fiabilidade. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Nas rubricas de outras contas a receber ou pagar correntes, são registados, pelo método do acréscimo, os proveitos (em contas a receber) e os gastos (em contas a pagar) imputáveis ao período corrente e cujos respetivos recebimentos e pagamentos ocorrerão no período de um ano, bem como os recebimentos e pagamentos que já ocorreram, mas que

respeitam até um ano, estes pelo método do diferimento.

Quando os períodos atrás referidos forem superiores a um ano, os proveitos e gastos a eles subjacentes são registados, pelos mesmos métodos, nas rubricas de outras contas a receber não correntes e outras contas a pagar não correntes (alínea n. da presente Nota 2).

k. Encargos Financeiros com Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como custo financeiro de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Os encargos financeiros, resultantes de empréstimos contraídos para financiar os investimentos em ativos tangíveis são imputados a ativos tangíveis em construção na proporção dos gastos totais incorridos naqueles investimentos até à entrada em funcionamento

dos mesmos (alíneas b. e c. da presente Nota 2), sendo os restantes reconhecidos na rubrica de custos financeiros nas demonstrações dos resultados do exercício (Nota 8).

Os eventuais proveitos financeiros por juros obtidos com empréstimos diretamente relacionados com o financiamento de ativos tangíveis em construção são deduzidos aos encargos financeiros capitalizáveis.

Os encargos financeiros incluídos nos ativos tangíveis são depreciados de acordo com o período de vida útil dos bens respetivos. Desde a data da constituição da Empresa até ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o montante de custos financeiros capitalizados, líquido de proveitos, ascendeu a m€.19.171. Desde essa data até ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não se procedeu a qualquer capitalização adicional de encargos financeiros.

l. Imposto Sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa de acordo com as regras fiscais aplicáveis e em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar.

Na data de cada demonstração de posição financeira é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos ativos por impostos diferidos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura (Nota 9).

m. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos nas demonstrações de posição financeira quando a Empresa se torna parte contratual do respetivo instrumento financeiro.

Clientes e Outras Contas a Receber

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal. Na data de cada demonstração de posição financeira, este montante é deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade em contas a receber para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido. Usualmente as dívidas de terceiros decorrentes da atividade operacional não vencem juros.

Classificação de Capital Próprio ou Passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, e contabilizados nas demonstrações dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os encargos financeiros incluem os juros e eventualmente os gastos de comissões com a estruturação dos empréstimos.

Fornecedores e Outras Contas a Pagar

As contas a pagar decorrentes da atividade operacional não vencem juros e são registadas pelo seu valor nominal.

Caixa e equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante. Para efeitos das demonstrações dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos e descobertos bancários, na demonstração de posição financeira.

n. Classificação das Demonstrações da Posição Financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data das demonstrações financeiras, são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

o. Eventos Subsequentes

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras da Empresa, se significativos.

p. Estimativas e Julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites, requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e gastos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

Determinadas estimativas são consideradas críticas se:

- a natureza das estimativas é considerada significativa devido aos níveis de subjetividade e julgamentos necessários para a contabilização de situações em que existe grande incerteza ou pela elevada suscetibilidade de variação dessas situações e;
- o impacto das estimativas na situação financeira ou na atuação operativa é significativo.

Vidas Úteis e Valores Residuais de Ativos Tangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como a determinação do valor residual e o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional (Nota 2.b).

Provisões para Processos Judiciais e Contingências

O custo final de processos judiciais, liquidações e outros litígios pode variar devido a estimativas baseadas em diferentes interpretações das normas, opiniões e avaliações finais do montante de perdas. Desse modo, qualquer variação nas circunstâncias relacionadas com este tipo de contingências poderia ter um efeito significativo no montante da provisão para contingências registado, nas rubricas de "Provisão para processos judiciais" e de "Provisão para indemnizações a pagar".



Provisões para Matérias Ambientais

A Empresa efetua igualmente juízos e estimativas para cálculo das suas obrigações referentes ao abandono dos seus ativos operacionais (parque logístico e oleoduto) e à descontaminação de solos, baseados na informação atual relativa a custos e planos esperados de intervenção. O valor presente é calculado por meio de valores descontados ao longo da vida útil económica dos ativos. O passivo associado ao abandono de instalações é reconhecido (junto com um valor correspondente como parte do ativo tangível relacionado) uma vez que existe uma obrigação legal ou construtiva de desmantelar um item do imobilizado e restaurar o local em que se encontra localizado e quando uma estimativa razoável possa ser realizada. Os efeitos das alterações resultantes das revisões, do decorrer do tempo ou no valor da estimativa original da provisão são refletidas numa base prospetiva, geralmente por ajuste no valor contabilístico do ativo tangível relacionado. No entanto, quando não há nenhum ativo relacionado, ou a alteração reduz o valor contabilística para zero, o efeito, ou o valor que excede a redução no ativo relacionado para zero, é reconhecido no resultado do exercício.

Estes custos podem variar devido a alterações da legislação e regulamentos, alterações das condições de uma determinada localização, bem como variação nas tecnologias de reabilitação. Desse modo, qualquer alteração nas circunstâncias associadas a este tipo de provisões, bem como nas normas e regulamentos, poderá ter, como consequência, um efeito significativo nas provisões para estas matérias. A provisão para matérias ambientais é revista anualmente. As provisões de desmantelamento associadas aos nossos ativos geralmente não são reconhecidas, uma vez que as obrigações potenciais não podem ser mensuradas, devido às suas datas de liquidação indeterminadas. A Empresa avalia em cada data de relato quaisquer mudanças nos fatos e circunstâncias que possam exigir o reconhecimento de uma provisão para desmantelamento.

De referir que, os ativos operacionais podem ser usados por períodos prolongados e indeterminados de tempo, desde que sejam mantidos e/ou atualizados adequadamente. É nossa prática e intenção atual manter todos os nossos ativos e continuar a efetuar melhorias nesses ativos com base nos avanços tecnológicos e necessidades que se venham a revelar necessárias para a operacionalidade dos mesmos.

3. Empresas Incluídas na Consolidação

Não aplicável.

4. Participações Financeiras em Empresas

Não aplicável.

5. Proveitos Operacionais

O detalhe dos **proveitos operacionais** da Empresa durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

Rubricas	2025	2024
Prestação de Serviços		
Transporte e Armazenagem de Gasolina	3.592	3.277
Transporte e Armazenagem de Gasóleo	10.226	10.362
Transporte e Armazenagem de Jet	9.573	9.113
Transporte e Armazenagem de Gás a Granel	2.282	2.126
Transporte e Armazenagem de Gás Engarrafado	3.680	3.427
	29.353	28.305
Outras Prestações de Serviço		
Armazenagem de Longo-Prazo de Gasolina	-	10
Armazenagem de Longo-Prazo de Gasóleo	-	278
Armazenagem de Longo-Prazo de Gás Propano	18	14
Armazenagem de Longo-Prazo de Gás Butano	18	10
Outras	58	44
	94	356
Total Prestação de Serviços	29.447	28.661
Outros Proveitos Operacionais		
Suplementos Tarifários	1.252	1.155
Serviços Laboratoriais	118	78
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	37	25
	1.407	1.258
Total Proveitos Operacionais	30.854	29.919
Inclui Proveitos Operacionais com Entidades Relacionadas (Nota 29)	26.577	25.634



A rubrica de **prestação de serviços** em 31 de dezembro de 2025, referente às receitas das **expedições de produto**, reflete um aumento global de m€.1.048 face a igual período do ano anterior. Dado os volumes movimentados estarem a linha com o ano 2024, com +7 mil toneladas expedidas em 2025 face às 3.207 mil toneladas do ano transato, é no **aumento tarifário de 2,42%**, correspondente ao IPC verificado no ano transato, que assentou a variação verificada.

A rubrica de **outras prestações de serviço** em 31 de dezembro de 2025, referentes maioritariamente às **receitas da armazenagem de longo-prazo**, reflete uma redução global de m€.262 face a igual período do ano anterior, correspondente à não renovação de contratos existentes com clientes relativas à armazenagem de longo-prazo de gasóleo.

A rubrica de **outros proveitos operacionais** inclui as receitas dos Suplementos tarifários aplicados pela Empresa aos seus clientes pelos serviços adicionais aos produtos base expedidos, designadamente, a marcação do gasóleo agrícola, a aditivização do jet da aviação militar, a incorporação de etanol na gasolina e a mistura de propano no butano.

Em 31 de dezembro de 2025 aquela rubrica de **Suplementos tarifários** reflete um aumento

global de m€.97 face a igual período do ano anterior, resultante essencialmente, do aumento da operação de incorporação de etanol na expedição da gasolina sem chumbo 95, com +32 mil m³ incorporados em 2025 face às 504 mil m³ em 2024, com um suplemento tarifário aplicado de €2.084 por m³.

6. Gastos Operacionais

O detalhe dos **gastos operacionais** da Empresa durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	2025	2024
Custo das Vendas		
Consumos Peças de Reserva e Materiais Diversos (Nota 17)	594	534
Ajustamentos e Imparidades de Inventários (Nota 17)	16	45
Recuperação de Custos	(6)	(5)
	604	574
Fornecimentos e Serviços Externos		
Subcontratos	1.369	1.307
Eletricidade	1.773	1.645
Rendas e Alugueres	158	152
Seguros	633	650
Conservação e Reparação	2.238	2.175
Vigilância, Segurança e Limpeza	677	736
Trabalhos Especializados	1.060	840
Despesas Relacionadas com Direitos de Uso (Nota 2.E. E 13)	180	142
Outros Gastos com Fornecimentos e Serviços Externos	908	778
Recuperação de Custos	(228)	(230)
	8.768	8.195

	2025	2024
Custos com Pessoal		
Remunerações aos Órgãos Sociais (Nota 30)	252	232
Remunerações ao Pessoal	3.250	3.174
Encargos Sociais dos Órgãos Sociais e Pessoal	697	697
Outros Gastos com Pessoal	308	336
	4.507	4.439
Depreciações, Amortizações e Imparidades		
Depreciações e Imparidades de Ativos Tangíveis (Nota 12)	3.596	3.230
Amortizações e Imparidades de Ativos Intangíveis (Nota 12)	8	8
Depreciações de Direitos de Uso (Nota 2.E. e 13)	198	183
Perdas em Abates de Ativos Tangíveis	41	12
	3.843	3.433
Provisões E Perdas Por Imparidade De Contas A Receber		
Reforço Provisões para Outros Riscos e Encargos (Nota 26)	11	6
Redução Provisões para Outros Riscos e Encargos (Nota 26)	-	(32)
	11	(26)
Outros Custos Operacionais		
Impostos Diretos e Indiretos	86	81
Outros Custos Operacionais	128	104
Outros Gastos Operacionais	32	36
	246	221
Total de Gastos Operacionais	17.979	16.836
Inclui Gastos Operacionais com Entidades Relacionadas (Nota 29)	2.339	2.441

A rubrica de **custos com pessoal** a 31 de dezembro de 2025 no montante de m€.4.507 inclui custos dos colaboradores cedidos pelos acionistas da Empresa no montante de m€.421. Os restantes colaboradores que, conjuntamente com aqueles, perfazem o efetivo total de 61 colaboradores, são constituídos por elementos do quadro próprio da Empresa, e o administrador-delegado.

7. Informação por Segmentos

O Decreto-Lei 244/2015, que entrou em vigor em 19 de outubro de 2015, veio alterar o regime constante do Decreto-Lei n.º 31/2006, que estabeleceu as bases gerais de organização e funcionamento do Sistema Petrolífero Nacional, no sentido de promover um melhor funcionamento do respetivo mercado de acordo com os princípios da concorrência, assegurando uma maior transparência e eficiência às respetivas operações e que decretou um conjunto de obrigações para a Empresa e também o interesse público das suas instalações de transporte e armazenagem. Destas obrigações resultou a necessidade de separar as atividades de armazenagem no parque de Aveiras de Cima e transporte no oleoduto Sines-Aveiras, com efeitos a 1 de janeiro de 2016.

O detalhe das demonstrações de resultados da Empresa, na atividade de transporte por oleoduto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é como segue:

Transporte Por Oleoduto	2025	2024
Proveitos Operacionais		
Prestação de Serviços	8.980	8.689
Outros Proveitos Operacionais	4	1
Total de Proveitos Operacionais:	8.984	8.690
Gastos Operacionais		
Custo das Vendas	18	17
Fornecimentos e Serviços Externos	2.124	2.048
Custos com o Pessoal	1.067	1.064
Depreciações, Amortizações e Perdas por Imparidades de Ativos Fixos	779	626
Provisões e Perdas por Imparidade de Contas a Receber	11	5
Outros Custos Operacionais	45	39
Total de Gastos Operacionais	4.044	3.799
Resultados Operacionais	4.940	4.891
Proveitos Financeiros	5	10
Custos Financeiros	(157)	(213)
Resultado Antes De Impostos E Das Contribuições Extraordinárias Do Setor Energético	4.788	4.688
Imposto Sobre O Rendimento	(1.199)	(1.235)
Resultado Líquido Do Exercício	3.589	3.453
Resultado Por Ação (Valor Em Euros)	0,7178 €	0,7148 €

O detalhe das demonstrações de resultados da Empresa, na atividade de armazenagem de PB e GPL, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é como segue:

Armazenagem	2025	2024
Proveitos Operacionais		
Prestação de Serviços	20.467	19.972
Outros Proveitos Operacionais	1.403	1.257
Total de Proveitos Operacionais	21.870	21.229
Gastos Operacionais		
Custo das Vendas	586	557
Fornecimentos e Serviços Externos	6.644	6.147
Custos com o Pessoal	3.440	3.375
Depreciações, Amortizações e Perdas por Imparidades de Ativos Fixos	3.064	2.807
Provisões e Perdas por Imparidade de Contas a Receber	-	(31)
Outros Custos Operacionais	201	182
Total de Gastos Operacionais	13.935	13.037
Resultados Operacionais	7.935	8.192
Proveitos Financeiros	19	41
Custos Financeiros	(587)	(817)
Resultado Antes de Impostos e das Contribuições Extraordinárias do Setor Energético	7.367	7.416
Imposto Sobre o Rendimento	(1.927)	(2.042)
Contribuição Extraordinária do Setor Energético	(223)	(230)
Resultado Líquido do Exercício	5.217	5.144
Resultado por Ação (Valor em Euros)	1,0434 €	1,0288 €

8. Proveitos e Custos Financeiros

O detalhe do valor apurado relativamente a **proveitos e custos financeiros** da Empresa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 têm a seguinte composição:

Rubricas	2025	2024
Proveitos Financeiros		
Juros Obtidos - Outros Juros	20	47
Descontos De Pronto Pagamento Obtidos	4	4
	24	51
Custos Financeiros		
Juros Suportados - Empréstimos Bancários	(414)	(689)
Juros Suportados - Outros Juros	(249)	(247)
Juros de Direitos de Uso (Nota 2.E. e 13)	(39)	(32)
Outros Custos e Perdas Financeiras	(42)	(62)
	(744)	(1.030)
Resultados Financeiros	(720)	(979)
Inclui Resultados Financeiros com Entidades Relacionadas (Nota 29)	1	5

Na rubrica de **juros suportados - empréstimos bancários**, no montante de m€.414, reflete uma redução de m€. 275 face ao valor de m€.689 registado no ano anterior. Para tal contribuiu, não só o abaixamento nas taxas Euribor operado pelo BCE a partir de meados de 2024 reforçada pela redução "spread" em -10 bps na contratação do novo empréstimo junto do Banco Comercial Português (Nota 23).

Na rubrica de **juros suportados - outros juros**, que incorpora essencialmente os juros de mora decorrente do não pagamento da CESE desde o ano 2014 (Nota 9, 26 e 33), reflete um aumento de m€.2 decorrente, quer do acumular de mais um ano de dívida, assim como do acréscimo de capital

provocado pelo não pagamento da última CESE de 2025, com prazo até 31 de outubro daquele ano.

A rubrica de **outros custos e perdas financeiras** inclui essencialmente custos suportados pela Empresa com garantias bancárias e termos de fiança (Nota 33) e com a comissão de organização do papel comercial (Nota 23).

9. Imposto Sobre o Rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a IRC - **Imposto sobre Rendimento de Pessoas Coletivas**, à taxa normal de 20% (-1pp face a 2024) que é incrementada em 4,5% de Derrama, da qual 1,5% respeita à **Derrama Municipal** e 3,0% respeita à **Derrama Estadual** aplicável à parte do lucro tributável compreendido entre m€.1.500 e m€.7.500. À parte do lucro tributável que exceda este montante é aplicada uma taxa da mesma natureza de 5,0%.

Relativamente ao IRC, e por a Empresa entender que os valores suportados com a tributação autónoma são fiscalmente dedutíveis dado tributarem despesa e não o rendimento, nomeadamente por serem impostos indiretos e não diretos, por representarem uma penalização relativamente a determinados encargos incorridos, e ainda por a tributação autónoma se apurar de forma totalmente independente do IRC e das derramas devidas em cada exercício, não estando sequer relacionada com a obtenção de um resultado positivo, a **Empresa procedeu, em 2014, à reclamação junto da Autoridade Tributária e Aduaneira – AT das liquidações de IRC dos anos de 2009 a 2013**, para a sua dedutibilidade fiscal, respetivamente, nos montantes de m€.29, m€.28, m€.28, m€.33 e m€.28, totalizando m€.146. A Empresa procedeu ao pagamento de todos os montantes nas datas devidas que foram objeto de reclamação, não existindo qualquer contingência ou responsabilidade adicional que lhe seja imputável.

Para as liquidações dos anos 2009 a 2011, totalizando m€.85, foram apresentadas pela Empresa, respetivamente, revisão oficiosa de ato tributário (anos 2009 e 2010) e reclamação graciosa (ano 2011). Relativamente a esta última, foi o pedido indeferido pela AT, tendo a Empresa contestado aquela decisão em finais do ano 2014. Aguarda-se a evolução dos processos.

Quanto às **liquidações dos anos 2012 e 2013**, a CLC procedeu à entrega de declarações de substituição, por se encontrar à data dentro do prazo legal para o efeito, com a restituição de imposto daqueles últimos 2 anos já efetuadas pela Autoridade Tributária em 2014.

Nos termos do artigo 228º da Lei n.º 83-C/2013 que aprovou o Orçamento de Estado para 2014, e da legislação complementar publicada pela Portaria n.º 228/2014 que regulamentou aquela Lei foi aprovada a **CESE – Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético**. Aquele diploma prevê a aplicação de uma taxa de 0,85% sobre os valores do ativo fixo tangível, do ativo intangível (com exceção dos elementos da propriedade industrial) e do ativo financeiro afeto a concessões ou a atividades licenciadas sujeitas a este regime, em referência a 31 de dezembro do ano anterior, taxa que se manteve no Orçamento de Estado de 2015 a 2025, com valor apurado neste último ano de m€.223 (Nota 26), mantendo-se também para o ano 2026, conforme artigo 92º da Lei n.º 73 A/2025 que aprovou o Orçamento de Estado de 2026.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001).

A Empresa liquidou a 3 de março de 2023 o montante referente à CESE de 2017, acrescido de juros e custas, no valor total de m€.203 (Nota 26 e 33) em resultado do acórdão do Tribunal Constitucional datado de 22 de dezembro de 2022, e que transitou em julgado a 13 de janeiro de 2023.

As restantes declarações fiscais da Empresa dos anos de 2022 a 2025 poderão ainda ser sujeitas a revisão. A Administração da Empresa entende que, para além dos montantes que se encontram refletidos nas demonstrações financeiras (Nota 26), as eventuais correções que sejam efetuadas pelas autoridades fiscais como resultado de revisões **não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025**.

Imposto Corrente do Exercício

Seguidamente apresenta-se detalhe do imposto sobre o rendimento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Rubricas	2025	2024
Resultado antes de impostos e das contribuições extraordinárias do setor energético (1)	12.155	12.104
Acréscimos à matéria coletável (2)	273	312
Constituição/reforço de provisões não aceites fiscalmente (Nota 26)	6	6
Constituição/reforço de ajustamentos não aceites fiscalmente (Nota 6 e 17)	-	45
Outros acréscimos	267	261
Decréscimos à matéria coletável (3)	75	61
Redução/utilização de provisões tributadas em exercícios anteriores (Nota 26)	22	46
Outras deduções	53	15
Matéria coletável (4)=(1)+(2)-(3)	12.353	12.355
IRC liquidado	2.466	2.589
Derrama municipal	185	185
Derrama estadual	423	423
Tributação autónoma	33	46
Estimativa de imposto corrente do exercício	3.107	3.243
Imposto diferido do exercício	17	12
Insuficiência/(excesso) de estimativa de imposto	2	22
Imposto sobre o rendimento	3.126	3.277
Taxa efetiva de imposto	25,7%	27,1%

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica **imposta corrente sobre o rendimento a pagar/ (receber)** tem a seguinte composição:

Rubricas	2025	2024
Estimativa de imposto corrente do exercício	3.108	3.243
Retenção na fonte de terceiros	(4)	(17)
Pagamento por conta	(2.424)	(2.365)
Pagamento adicionais por conta	(363)	(374)
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar / (receber)	317	487

Impostos Diferidos

Conforme descrito na alínea I. da Nota 2, a Empresa, reconhece nas suas demonstrações financeiras o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscais para efeitos de tributação em sede de IRC. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o movimento ocorrido na rubrica de **impostos diferidos** foi o seguinte:

	Demonstrações da Posição Financeira		Demonstrações dos Resultados
	Ativos Por Impostos Diferidos	Passivos Por Impostos Diferidos	Encargo com Imposto Sobre o Rendimento
Saldo em 1 de Janeiro de 2025	324	-	-
Por Reforço de Provisões para Indemnizações a Pagar (Nota 26)	1	-	1
Por Reversão de Ajustamentos de Inventários (Nota 17)	(6)	-	(6)
Por Ajuste de Taxa de Irc (De 25,5% para 24,5%)	(13)	-	(13)
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	307	-	(18)
Encargo com Imposto Corrente			(3.107)
insuficiência de Estimativa para Imposto do Ano Anterior			(2)
Total do Encargo com Imposto Sobre o Rendimento			(3.127)

Desde o início do ano e até 31 de dezembro de 2025, registou-se uma diminuição dos **ativos por impostos diferidos** no montante líquido de m€.17, dos quais destacam-se a diminuição de m€.13 respeitante ao ajuste da taxa de IRC de 1% para o próximo ano de 2026, de 24,5% para 23,5% e uma diminuição de m€.6 respeitante à reversão de ajustamentos de inventários. (Nota 26).

10. Resultados por Ação

O resultado por ação em 31 de dezembro 2025 e 2024 foi o seguinte:

	2025	2024
Resultados		
Resultado para Efeito de Cálculo do Resultado Líquido por Ação	8.806	8.597
Número de Ações		
Número Médio Ponderado de Ações Para Efeito de Cálculo do Resultado Líquido por Ação (Nota 20)	5.000.000	5.000.000
Resultado por Ação Básico (Valores em Euros)	1,7612 €	1,7194 €

Pelo fato de não existirem situações que originam diluição, o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado líquido por ação básico.

11. Goodwill

Não aplicável.

12. Ativos Tangíveis e Intangíveis

Ativos Tangíveis

Os **ativos tangíveis** estão registrados de acordo com a política contábilística definida na alínea b. da Nota 2. As **taxas de depreciação** que estão a ser aplicadas resultam das vidas úteis estimadas que constam da mesma Nota.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido nos **ativos tangíveis** da Empresa foi o seguinte:

Movimentos	Ano 2025							Total dos Ativos Tangíveis
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Ferramentas e Utensílios	Equipamento Administrativo	Tangíveis em Curso	
Custo de Aquisição								
Saldo a 1 de Janeiro	6.401	36.406	185.398	492	86	15.824	3.266	247.873
Adições	-	-	-	-	-	-	1.874	1.874
Alienações	-	-	(36)	(36)	-	(31)	-	(103)
Abates	-	(85)	(1.183)	-	-	(381)	-	(1.649)
Transferências	-	19	2.365	103	9	226	(2.775)	(53)
Saldo a 31 de Dezembro	6.401	36.340	186.544	559	95	15.638	2.365	247.942
Depreciações Acumuladas								
Saldo a 1 de Janeiro	-	(31.321)	(165.655)	(420)	(77)	(13.789)	-	(211.262)
Dotações (Nota 6)	-	(430)	(2.417)	(57)	(5)	(687)	-	(3.596)
Alienações	-	-	36	36	-	31	-	103
Abates	-	53	1.181	-	-	375	-	1.609
Saldo a 31 de Dezembro	-	(31.698)	(166.855)	(441)	(82)	(14.070)	-	(213.146)
Valor Líquido a 31 de Dezembro	6.401	4.642	19.689	118	13	1.568	2.365	34.796

Movimentos	Ano 2024							
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Ferramentas e Utensílios	Equipamento Administrativo	Tangíveis em Curso	Total dos Ativos Tangíveis
Custo de Aquisição								
Saldo a 1 de Janeiro	6.401	36.143	184.501	461	74	15.350	2.707	245.637
Adições	-	-	-	-	-	-	2.795	2.795
Alienações	-	-	-	(20)	-	(30)	-	(50)
Abates	-	(1)	(159)	-	-	(357)	-	(517)
Transferências	-	264	1.056	51	12	861	(2.236)	8
Saldo a 31 de Dezembro	6.401	36.406	185.398	492	86	15.824	3.266	247.873
Depreciações Acumuladas								
Saldo a 1 de Janeiro	-	(30.888)	(163.649)	(375)	(71)	(13.606)	-	(208.589)
Dotações (Nota 6)	-	(433)	(2.161)	(65)	(6)	(565)	-	(3.230)
Alienações	-	-	-	20	-	30	-	50
Abates	-	-	155	-	-	352	-	507
Saldo a 31 de Dezembro	-	(31.321)	(165.655)	(420)	(77)	(13.789)	-	(211.262)
Valor Líquido a 31 de Dezembro	6.401	5.085	19.743	72	9	2.035	3.266	36.611

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica de **equipamento administrativo** incorpora não só todos os ativos tangíveis relacionados com o sector administrativo, mas também todos os sistemas informáticos que suportam a atividade da Empresa.

No âmbito do mesmo programa SIFIDE a Empresa e após levantamento dos investimentos/gastos realizados no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Empresa confirmou não haver nada que conferisse valores elegíveis para proceder à sua candidatura.

Ainda no âmbito do mesmo programa SIFIDE, a Empresa encontra-se ainda a efetuar um levantamento dos investimentos/gastos realizados no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis estão registados de acordo com a política contabilística definida na alínea c. da Nota 2. As **taxas de amortização** que estão a ser aplicadas resultam das vidas úteis estimadas que constam da mesma Nota.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido nos **ativos intangíveis** da Empresa foi o seguinte:

Movimentos	Ano 2025			
	Licença de Utilização	Direitos de Passagem	Intangíveis em Curso	Total dos Ativos Intangíveis
Custo de Aquisição				
Saldo a 1 de Janeiro	275	4.065	102	4.442
Adições	-	-	69	69
Transferências	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro	275	4.065	171	4.511
Amortizações Acumuladas				
Saldo a 1 de Janeiro	(167)	(4.068)	-	(4.235)
Dotações (Nota 6)	(8)	-	-	(8)
Saldo a 31 de Dezembro	(175)	(4.068)	-	(4.243)
Valor Líquido a 31 de Dezembro	100	(3)	171	268

Movimentos	Ano 2024			
	Licença de Utilização	Direitos de Passagem	Intangíveis em Curso	Total dos Ativos Intangíveis
Custo de Aquisição				
Saldo a 1 de Janeiro	275	4.065	63	4.403
Adições	-	-	48	48
Transferências	-	-	(9)	(9)
Saldo a 31 de Dezembro	275	4.065	102	4.442
Amortizações Acumuladas				
Saldo a 1 de Janeiro	(159)	(4.068)	-	(4.227)
Dotações (Nota 6)	(8)	-	-	(8)
Saldo a 31 de Dezembro	(167)	(4.068)	-	(4.235)
Valor Líquido a 31 de Dezembro	108	(3)	102	207

13. Direitos de Uso

Direitos de Uso

Os direitos de uso estão registados de acordo com a política contabilística definida na alínea e. da Nota 2. As taxas de depreciação que estão a ser aplicadas resultam das vidas úteis calculadas com base no mais baixo de entre a vida útil do ativo do direito de uso ou o fim do prazo da locação.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido nos direitos de uso da Empresa foi o seguinte:

Movimentos	Ano 2025					Total Direitos Uso
	Terrenos	Equipamento de Transporte	Equipamento de Carga	Equipamento Básico		
Custo de Aquisição						
Saldo a 1 de Janeiro	569	455	370	20		1.414
Abates	-	(40)	-	(20)		(60)
Transferências	-	53	-	-		53
Saldo a 31 de Dezembro	569	468	370	-		1.407
Depreciações Acumuladas						
Saldo a 1 de Janeiro	(172)	(283)	(308)	(16)		(779)
Dotações (Nota 6)	(29)	(102)	(62)	(5)		(198)
Abates	-	40	-	20		60
Saldo a 31 de Dezembro	(201)	(345)	(370)	-		(916)
Valor Líquido a 31 de Dezembro	368	123	-	-		491

Movimentos	Ano 2024					Total Direitos Uso
	Terrenos	Equipamento de Transporte	Equipamento de Carga	Equipamento Básico	Outros	
Custo de Aquisição						
Saldo a 1 de Janeiro	569	379	370	20	10	1.348
Adições	-	-	-	-	73	73
Abates	-	(7)	-	-	-	(7)
Transferências	-	83	-	-	(83)	-
Saldo a 31 de Dezembro	569	455	370	20	-	1.414
Depreciações Acumuladas						
Saldo a 1 de Janeiro	(144)	(215)	(234)	(10)	-	(603)
Dotações (Nota 6)	(28)	(75)	(74)	(6)	-	(183)
Abates	-	7	-	-	-	7
Saldo a 31 de Dezembro	(172)	(283)	(308)	(16)	-	(779)
Valor Líquido a 31 de Dezembro	397	172	62	4	-	635



Responsabilidades por Direitos de Uso

As responsabilidades por direitos de uso estão registadas de acordo com a política contabilística definida na alínea e. da Nota 2, e apresenta o seguinte detalhe a 31 de dezembro de 2025:

14. Subsídios

Não aplicável.

	2025	2024
Análise de Maturidade de Cash-Flows Contratuais Não Descontados		
Inferior a Um Ano	159	341
Um a Cinco Anos	405	622
Mais de Cinco Anos	258	317
	822	1.280
Montantes Reconhecidos na Demonstração da Posição Financeira		
Corrente	87	155
Não Corrente	513	650
	600	805
Montantes Reconhecidos na Demonstração de Resultados		
Juros de Direitos de Uso (Nota 8)	(39)	(32)
Despesas Relacionadas com Direitos de Uso (Nota 6)	(180)	(142)
	(219)	(174)
Montantes Reconhecidos na Demonstração dos Fluxos de Caixa		
Pagamentos Relativos a Direitos de Uso	(206)	(173)
Pagamentos Relativos a Juros de Direitos de Uso	(41)	(34)
	(247)	(207)

15. Outras Contas a Receber

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica de **outras contas a receber** não correntes e correntes da Empresa apresentava o seguinte detalhe:

Os montantes refletidos na rubrica de **gastos a reconhecer** respeitante à **renovação da autorização de funcionamento das esferas para armazenamento de gás** são reconhecidos como gastos durante o período de validade daquelas autorizações, as quais variam consoante o estado de conservação de cada um daqueles equipamentos, cujo período de validade varia entre 6 e 12 anos.

Dos montantes de m€.684 e m€.102 registados, respetivamente, nas rubricas não corrente e corrente de **gastos a reconhecer** respeitante à **renovação da autorização de funcionamento das esferas para armazenamento de gás** em 31 de dezembro de 2025, m€.8 correspondem ao remanescente do médio e longo prazo dos custos incorridos com a 2ª renovação

Rubricas	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Outros Devedores				
Depósitos Caução nos Tribunais (Por Valores a Atribuir aos Contratos de Servidões de Passagem)	-	33	-	39
Outros	-	104	-	92
	-	137	-	131
Acréscimos de Rendimentos				
Juros a Receber - Outros Juros	-	-	-	1
Outros Acréscimos de Rendimentos	-	8	-	15
	-	8	-	16
Gastos a Reconhecer				
Renovação da Autorização de Funcionamento das Esferas para Armazenamento de Gás	684	102	620	108
Comissões Bancárias	4	15	-	8
Outros Gastos a Reconhecer	26	404	26	351
	714	521	646	467
Total De Outras Contas A Receber	714	666	646	614
Inclui Outras Contas A Receber De Entidades Relacionadas (Nota 29)	-	91	-	80

da autorização de funcionamento daqueles equipamentos de armazenagem de GPL, m€.637 correspondem ao remanescente do médio e longo prazo dos custos incorridos com a 3ª renovação e os restantes m€.141 à parte realizada e já faturadas dos trabalhos a incorrer para a 4ª renovação da autorização de funcionamento daqueles equipamentos de armazenagem de GPL.

16. Clientes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica de **clientes** da Empresa apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	2025	2024
Clientes		
Clientes - Conta Corrente	1.819	1.684
Clientes - Conta ISP	110.526	100.650
Total de clientes	112.345	102.334
Inclui saldos de clientes com entidades relacionadas (Nota 29)	98.920	90.250

A rubrica de **clientes - conta corrente** reflete em 31 de dezembro de 2025 um saldo global de m€.1.819 referente a faturas por vencer de prestação de serviços logísticos referente à última quinzena de dezembro, acrescida do IVA à taxa em vigor de 23%. Aquele montante, com prazo de pagamento de 15 dias contratualmente estabelecido, foi integralmente recebido pela Empresa na primeira quinzena de janeiro de 2026.

A rubrica de **clientes - conta ISP**, em 31 de dezembro de 2025, apresentava um saldo de m€.110.526 referente a débitos a vencer de ISP referentes ao mês de dezembro (Nota 25).

Aquele montante, atendendo ao prazo de pagamento de 30 dias contratualmente estabelecido, foi integralmente recebido pela Empresa durante o mês de janeiro de 2026.

17. Inventários

Os **inventários** estão registados de acordo com a política contabilística definida na alínea f. da Nota 2. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido nos **inventários** da Empresa foi o seguinte:

Movimentos	2025	2024
Custo de Aquisição		
Saldo a 1 de Janeiro	1.698	1.708
Compras	798	648
Consumos (Nota 6)	(592)	(532)
Regularizações	(159)	(126)
Saldo A 31 De Dezembro	1.745	1.698

Ajustamentos Acumulados		
Saldo a 1 de Janeiro	(1.084)	(1.039)
Reforços (Nota 6 E 9)	(16)	(45)
Regularizações	39	-
Saldo a 31 de Dezembro	(1.061)	(1.084)
Valor Líquido a 31 de Dezembro	684	614
Inclui Inventários Adquiridos a Entidades Relacionadas (Nota 29)	10	15

Os **ajustamentos acumulados de inventários** no montante de m€.1.061 a 31 de dezembro de 2025, destina-se a cobrir eventuais diferenças entre o valor de aquisição e o valor de realização ou de mercado das mesmas conforme descrito na alínea f. da Nota 2.

18. Outros Investimentos Financeiros

Não aplicável.

19. Caixa e Seus Equivalentes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica de **caixa e seus equivalentes** da Empresa apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	2025	2024
Caixa	3	3
Depósitos à Ordem	851	570
Total de Caixa e Seus Equivalentes na Demonstração da Posição Financeira	854	573
Total de Caixa e Seus Equivalentes na Demonstração dos Fluxos de Caixa	854	573

A rubrica de caixa em 31 de dezembro de 2025 um saldo de m€.3, correspondente ao fundo fixo de 3.000 euros que passou a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2024.

20. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o **capital social** da Empresa ascendia a m€.5.000 representado por 5.000.000 de ações (Nota 10) com o valor nominal de €1,00/cada.

Em 31 de dezembro de 2025, a **Petrogal, S.A., a RUBIS Energia Portugal, S.A. e a REPSOL Portuguesa, S.A.** detinham a totalidade do capital subscrito e realizado, com participações de, respetivamente, 65%, 20% e 15%.

21. Outras Reservas

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da **reserva legal** até que esta represente pelo menos 20% do capital, percentual atingido com a dotação de m€.1.000. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

22. Interesses Não Controlados

Não aplicável.



23. Empréstimos e Descobertos Bancários

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os **empréstimos e descobertos bancários** da Empresa detalham-se, como se segue:

Instituição Financeira	2025	2024
	Não Corrente	Corrente
BCP Millenium - Programa de Papel Comercial	15.000	-
CGD Programa de Papel Comercial	-	16.000
	15.000	16.000

O empréstimo contratado junto da Caixa Geral de Depósitos em 28 de junho de 2024, sob a forma de **programa de papel comercial** (Nota 19) até ao montante máximo de m€.30.000, teve como fim um **apoio de tesouraria** e vencia juros à taxa "euribor" respetiva acrescida de um "spread" de 0,40%. Conforme previsto contratualmente, o referido programa, com

um prazo inicial de um ano, não foi objeto de renovação, tendo vigorado até 30 de junho de 2025.

A 23 de junho de 2025, a Empresa celebrou um novo empréstimo junto do Banco Comercial Português, com a **finalidade de financiar a tesouraria da Empresa**, também sob a forma de **programa de papel comercial** até ao montante máximo de m€.30.000, pelo prazo de 3 anos, o qual vence juros à taxa "euribor" respetiva acrescida de um "spread" de 0,30%.

A 31 de dezembro de 2025 existia uma emissão viva de papel comercial no montante de

m€.15.000, emitida a 2 de dezembro com um prazo de 31 dias e correspondente vencimento a 2 de janeiro 2026, à taxa 2,246% (Nota 35).

O empréstimo é reembolsado na data de vencimento de cada emissão de papel comercial (de acordo com a opção da Empresa, pode variar entre 7 e 270 dias), a qual ocorreu no dia 2 de janeiro de 2026, contudo, o empréstimo foi classificado como de longo prazo porque a Empresa espera, e tem a possibilidade, de exercer o direito ao abrigo do referido empréstimo para refinarciar (através de novas emissões) este financiamento.

24. Responsabilidades com Benefícios de Reforma e Outros Benefícios

Não aplicável.

25. Outras Contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica de outras contas a pagar não correntes e correntes da Empresa pode ser detalhada como segue:

A Empresa encontra-se em regime de entreposto aduaneiro e age como depositário autorizado. Como tal, e por força do Decreto-Lei nº 566/99 de 22 de dezembro, o **ISP – imposto sobre os produtos petrolíferos**, que incide sobre a gasolina, gasóleo e gás de petróleo liquefeito, deverá ser liquidado pela Empresa aquando das introduções no consumo e pago até ao último dia útil do mês seguinte.

O montante de m€.110.570 registado na rubrica de **ISP – imposto sobre os produtos petrolíferos** refere-se ao imposto a pagar resultante das expedições daqueles produtos efetuadas durante o mês de dezembro de 2025, teve o seu vencimento e correspondente pagamento no final de janeiro de 2026, e que na mesma data integrava um valor a receber de clientes do mesmo montante, incluída nas demonstrações da posição financeira na rubrica de clientes (Nota 16).

Rubricas	2025	2024
	Corrente	Corrente
Estado e Outros Entes Públicos		
ISP – Imposto Sobre os Produtos Petrolíferos (Nota 16)	110.570	100.649
IVA – Imposto Sobre o Valor Acrescentado	805	692
Segurança Social – Instituições de Previdência	66	67
IRS – Imposto Sobre o Rendimento dos Singulares	41	42
	111.482	101.450
Outros Credores		
Fornecedores de Imobilizado	1.057	1.717
	1.057	1.717
Acréscimos de Gastos		
Remunerações a Pagar	948	933
Juros a Pagar	27	44
Outros Acréscimos de Gastos	224	316
	1.199	1.293
Total de Outras Contas a Pagar	113.738	104.460
Inclui Contas a Pagar a Entidades Relacionadas (Nota 29)	403	693

26. Provisões

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o movimento ocorrido nas **provisões** foi o seguinte:

A **provisão para indemnizações a pagar** no montante de m€.244 destina-se a cobrir as responsabilidades relativas aos pagamentos a efetuar pela Empresa aos proprietários dos terrenos que se encontram no traçado do oleoduto a título de servidão de passagem, indemnizações por abate de árvores e por interrupções de atividade (Nota 2.p.).

As **outras provisões-não corrente** no montante de m€.4.290 incluem, não só m€.3.183 referente às **taxas da CESE** de 2014 no valor de m€.345, de 2015 no valor de m€.284, de 2016 no valor de m€.224, de 2018 no valor de m€. 320, de 2019 no valor de m€. 322, de 2020 no valor de m€. 310, de 2021 no valor m€. 308, de 2022 no valor m€. 318, de 2023 no valor de m€. 299, de 2024 no valor de m€. 230 e de 2025 no valor de m€. 223 (Nota 9 e 33), mas também os **juros associados ao seu não pagamento** desde 2014 no montante de m€.1.107, de que a Empresa, por entenderem ser ilícitas, não efetuou o pagamento (Nota 9).

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço		Saldo Final
		(Nota 6)	(Nota 9)	
Provisões - Não Corrente				
Indemnizações a Pagar	238	6	-	244
Outras Provisões	3.818	-	472	4.290
	4.056	6	472	4.534

Em 23 de dezembro de 2022 a Empresa foi notificada pelo Tribunal Constitucional do acórdão emitido dois dias antes, a 21 de dezembro, indeferindo o recurso efetuado pela Empresa, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 70.º da Lei daquele tribunal, relativo ao pagamento da CESE de 2017, no valor de m€.163, e juros vencidos àquela data de m€.40, num total de m€.203, classificado na rubrica de **outras provisões-corrente** a 31 de dezembro de 2022, e que foi integralmente pago em 3 de março de 2023.

27. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica de fornecedores apresentava o seguinte detalhe:

Os **saldos das contas a pagar a fornecedores - faturas em receção e conferência** correspondem essencialmente a serviços prestados durante o mês de dezembro de 2025, tendo estes montantes sido regularizados na sua maioria em janeiro de 2026.

Rubricas	2025	2024
Fornecedores		
Fornecedores Conta Corrente - Nacionais	1.697	1.872
Fornecedores Conta Corrente - Países Comunitários	20	32
Fornecedores Conta Corrente - Outros Países	53	47
Fornecedores - Faturas em Receção e Conferência	360	202
Total de Fornecedores	2.130	2.153
Inclui Saldos de Fornecedores com Entidades Relacionadas (Nota 29)	345	490

28. Outros Instrumentos Financeiros – Derivados Financeiros

Não aplicável.

29. Saldos e Transações com Entidades Relacionadas

Os saldos e transações com entidades relacionadas verificados no exercício de 2025 e 2024, respetivamente podem ser resumidos como se segue:

Saldos em 31 de Dezembro de 2025	Ativos			Passivos	
	Corrente			Corrente	
	Inventários	Clientes	Outras Contas a Receber	Fornecedores	Outras Contas a Pagar
Entidades Relacionadas	(Nota 17)	(Nota 16)	(Nota 15)	(Nota 27)	(Nota 25)
Petrogal, S.a.	10	66.379	72	(332)	(130)
Galp Energia, S.a.	-	-	1	(13)	-
Galp Energia, Sgps	-	-	-	-	(4)
Galp Energia Independente, S.l.u.	-	-	-	-	(268)
Clcm, S.a.	-	-	9	-	-
Repsol Portuguesa, S.a.	-	30.892	7	-	-
Repsol Gás Portugal, S.a.	-	694	-	-	-
Rubis Energia Portugal, S.a.	-	956	2	-	-
	10	98.920	91	(345)	(403)

Saldos em 31 de Dezembro de 2024	Ativos			Passivos	
	Corrente			Corrente	
	Inventários	Clientes	Outras Contas a Receber	Fornecedores	Outras Contas a Pagar
Entidades Relacionadas	(Nota 17)	(Nota 16)	(Nota 15)	(Nota 27)	(Nota 25)
Petrogal, S.a.	15	59.449	51	(465)	(197)
Galp Energia, S.a.	-	-	1	(24)	(116)
Galp Energia, Sgps	-	-	-	-	(4)
Galp Energia Independente, S.l.u.	-	-	-	-	(376)
Clcm, S.a.	-	-	20	-	-
Repsol Portuguesa, S.a.	-	29.211	6	(1)	-
Repsol Gás Portugal, S.a.	-	577	-	-	-
Rubis Energia Portugal, S.a.	-	1.013	2	-	-
	15	90.250	80	(490)	(693)

Transações do Ano 2025				
Entidades Relacionadas	Proveitos Operacionais (Nota 5)	Gastos Operacionais (Nota 6)	Proveitos Financeiros (Nota 8)	Custos Financeiros (Nota 8)
Petrogal, S.a.	18.587	2.428	-	-
Galp Energia, S.a.	-	136	-	-
Galp Energia, Sgps	-	-	-	2
Clcm, S.a.	95	-	-	-
Repsol Portuguesa, S.a.	5.415	-	3	-
Repsol Gás Portugal, S.a.	846	-	-	-
Rubis Energia Portugal, S.a.	1.634	28	-	-
	26.577	2.592	3	2
Recuperação de Custos		(253)		
		2.339		

Transações do Ano 2024				
Entidades Relacionadas	Proveitos Operacionais (Nota 5)	Gastos Operacionais (Nota 6)	Proveitos Financeiros (Nota 8)	Custos Financeiros (Nota 8)
Petrogal, S.a.	17.924	2.513	-	-
Galp Energia, S.a.	-	191	-	-
Galp Energia, Sgps	-	-	-	2
Clcm, S.a.	59	-	-	-
Repsol Portuguesa, S.a.	5.353	2	7	-
Repsol Gás Portugal, S.a.	809	-	-	-
Rubis Energia Portugal, S.a.	1.489	-	-	-
	25.634	2.706	7	2
Recuperação de Custos		(265)		
		2.441		



30. Remuneração dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos Órgãos Sociais da Empresa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foram, respetivamente de m€.252 e m€.232 (Nota 6).

31. Dividendos

Os dividendos atribuídos aos acionistas da Empresa ascenderam a **m€.8.597, respeitante ao resultado líquido do exercício de 2024**, de acordo com a deliberação da **Assembleia-Geral datada de 24 de março de 2025**, tendo sido distribuídos e liquidados na sua totalidade no dia 3 de junho de 2025.

32. Reservas Petrolíferas

Não aplicável.

33. Ativos e Passivos Contingentes

Garantias/cauções prestadas

Em 31 de dezembro de 2025 os passivos contingentes por **garantias prestadas** pela Empresa ascendiam a m€.6.026, sendo constituídas por:

- Garantias bancárias no montante de m€.1.902 prestada a favor da **Direção Geral das Alfândegas** que se destina ao cumprimento estipulado no número 4 do artigo 44 do CIEC- Código dos Impostos Especiais sobre o Consumo;

- Garantia, sob a forma de seguro caução, no montante de m€.10, prestada a favor da **AICEP Global Parques, S.A.** no âmbito da constituição do direito de superfície numa área de 4.133 metros quadrados onde se encontra implantada a estação de bombagem que recebe os produtos petrolíferos e os bombeia por oleoduto para o parque de armazenagem;

- Termo de fiança, no montante global de m€.493, prestadas a favor da **AT – Autoridade Tributária** que se destinam a suspenderem os processos executivos n.º 1481201801026887 e n.º1481201801026895 que correm nos Serviços de Finanças de Azambuja para cobrança coerciva do valor relativo à CESE de 2014, e respetivos juros compensatórios do mesmo ano (Nota 26);

- Termo de fiança, no montante global de m€.383, prestadas a favor da **AT – Autoridade Tributária** que se destinam a suspenderem os processos executivos n.º 1481201501077031, n.º1481201601006444 e n.º1481201701034090 que correm nos Serviços de Finanças de Azambuja para cobrança coerciva do valor relativo à CESE de 2015, e respetivos juros compensatórios do mesmo ano (Nota 26);

- Termo de fiança, no montante global de m€.284, prestadas a favor da **AT – Autoridade Tributária** que se destinam a suspenderem os

processos executivos n.º 1481201601051296 e n.º1481201701000454 que correm nos Serviços de Finanças de Azambuja para cobrança coerciva do valor relativo à CESE de 2016, e respetivos juros compensatórios do mesmo ano (Nota 26);

- Termo de fiança, no montante global de m€.405, prestadas a favor da **AT – Autoridade Tributária** que se destina a suspender os processos executivos n.º 1481201801064665 e n.º1481201801072242 que correm nos Serviços de Finanças de Azambuja para cobrança coerciva do valor relativo à CESE de 2018, e respetivos juros compensatórios do mesmo ano (Nota 26);

- Termo de fiança, no montante global de m€.408, prestadas a favor da **AT – Autoridade Tributária** que se destina a suspender os processos executivos n.º 1481201901059564 e n.º1481201901069462 que correm nos Serviços de Finanças de Azambuja para cobrança coerciva do valor relativo à CESE de 2019, e respetivos juros compensatórios do mesmo ano (Nota 26);

- Termo de fiança, no montante global de m€.393, prestadas a favor da **AT – Autoridade Tributária** que se destina a suspender o processo executivo n.º 1481202001047280 e n.º 1481202101000748 que correm nos Serviços de Finanças de Azambuja para cobrança coerciva do valor relativo à CESE de 2020, e respetivos juros compensatórios do mesmo ano (Nota 26).

- Termo de fiança, no montante global de m€.390, prestadas a favor da **AT – Autoridade Tributária** que se destina a suspender o processo executivo n.º 1481202101065475 e n.º 1481202201004441 que correm nos Serviços de Finanças de Azambuja para cobrança coerciva do valor relativo à CESE de 2021, e respetivos juros compensatórios do mesmo ano (Nota 26).

- Termo de fiança, no montante global de m€.402, prestadas a favor da **AT – Autoridade Tributária** que se destina a suspender o processo executivo n.º 1481202201087355 e n.º 1481202301001035 que corre nos Serviços de Finanças de Azambuja para cobrança coerciva do valor relativo à CESE de 2022 (Nota 26).

- Termo de fiança, no montante global de m€.384, prestadas a favor da **AT – Autoridade Tributária** que se destina a suspender o processo executivo n.º 1481202301126121 e n.º 1481202401000748 que corre nos Serviços de Finanças de Azambuja para cobrança coerciva do valor relativo à CESE de 2023 (Nota 26).

- Termo de fiança, no montante global de m€.291, prestadas a favor da **AT – Autoridade Tributária** que se destina a suspender o processo executivo n.º 1481202401075152 e n.º 1481202501002970 que corre nos Serviços de Finanças de Azambuja para cobrança coerciva do valor relativo à CESE de 2024 (Nota 26).

- Termo de fiança, no montante global de m€.282, prestadas a favor da **AT – Autoridade Tributária** que se destina a suspender o processo executivo n.º 1481202501088840 que corre nos Serviços de Finanças de Azambuja para cobrança coerciva do valor relativo à CESE de 2025 (Nota 26).

Já no passado dia 9 de fevereiro de 2026 acresceu o montante de m€.1 com um novo termo de fiança prestada a favor da **AT – Autoridade Tributária** que se destina a suspender o processo executivo n.º 1481202601001663 que corre nos Serviços de Finanças de Azambuja para cobrança coerciva do valor relativo aos juros compensatórios relativos à CESE de 2025 (Nota 26), passando os passivos contingentes por **garantias prestadas** pela Empresa a ascender a m€.4.116.



Outros compromissos financeiros não assumidos na demonstração da situação financeira

Em 31 de dezembro de 2025 as responsabilidades por compromissos financeiros futuros assumidos pela Empresa ascendiam a m€.1.543 sendo constituídos essencialmente por:

- O montante de m€.622 relacionados com **encomendas não satisfeitas** de ativos tangíveis;
- O montante de m€.746 relacionados com **contratos já comprometidos e ainda não iniciados** de direitos de uso no âmbito da IFRS 16;
- O montante de m€.171 relacionados com **rendas vincendas de aluguer de empilhadores**, cujos direitos de uso terminaram em 2025 e que já tinham sido registados no âmbito da IFRS 16;
- O montante de m€.32 relacionados com **rendas vincendas de aluguer de viaturas**, cujos direitos de uso terminaram em 2024 e 2025 e que já tinham sido registados no âmbito da IFRS 16.

33. Ativos e Passivos Contingentes
34. Informações sobre Matérias Ambientais
35. Eventos Subsequentes

34. Informação sobre Matérias Ambientais

Não aplicável – informação relevante divulgada na Nota 2p.

35. Eventos Subsequentes

Até à data de emissão deste Relatório e Contas, não ocorreram eventos subsequentes significativos com impacto relevante nas demonstrações financeiras anexas.

Relativamente ao programa de papel comercial contratado com o Banco Comercial Português a 23 de junho de 2025, cuja 7ª emissão no montante de m€.15.000, emitida a 2 de dezembro e vencimento a 2 de janeiro 2026, correspondente à emissão ativa a 31 de dezembro de 2025, (Nota 23), foram efetuadas após aquela data mais 3 emissões, num total de

10 emissões desde início do programa. Esta 10ª emissão, no montante de m€. 11.500, foi emitida a 2 de março de 2026 e vencerá no próximo dia 1 de abril.

O evento acima divulgado não tem qualquer impacto nas demonstrações financeiras da Entidade com referência ao período findo a 31 de dezembro de 2025.



36. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa em 9 de março de 2026.

O Contabilista Certificado

Dr. Artur José Pinto Cordeiro

O Conselho de Administração

Eng.º Ricardo Nuno Camacho Gomes Dias Ferreira

Dr. José Eduardo Monteiro Sequeira Nunes

Dr. Arnaud Michel Havard

Eng.º Sérgio Manuel Ferreira Almeida

Dra. Vera Catarina Duque Vicente Ferreira



5.3 Relatório e Parecer do Fiscal Único

5.3 Relatório e Parecer do Fiscal Único

1. Introdução

Em cumprimento do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º e n.º 1 do artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais, vimos apresentar o nosso Relatório sobre a ação fiscalizadora exercida na CLC - Companhia Logística de Combustíveis, S.A., (adiante designada por "Entidade") e dar Parecer sobre o Relatório de Gestão, Demonstração da Posição Financeira, Demonstração dos Resultados, Demonstração do Resultado Integral, Demonstração das Alterações no Capital Próprio e Demonstração dos Fluxos de Caixa para o ano findo em 31 de dezembro de 2025, e as respetivas Notas anexas, que nos foram apresentados pelo Conselho de Administração.

2. Relatório

2.1. Acompanhámos a atividade da Entidade, especialmente através de análises e verificações dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte. Realizámos também testes e outros procedimentos, com a profundidade julgada necessária.

2.2. O Conselho de Administração e os Serviços prestaram-nos os esclarecimentos e informações solicitados.

2.3. Analisámos o Relatório de Gestão, que refere os principais factos ocorridos no exercício, bem como a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração do Resultado Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as respetivas Notas anexas às demonstrações financeiras, tendo verificado que foram elaborados de acordo com as Normas de Relato Financeiro Internacional (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, pelo que obedecem aos preceitos legais e estatutários.

2.4. A Certificação Legal das Contas emitida na modalidade não modificada exprime a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras mencionadas. Analisamos também o parecer do auditor externo, que não exprime qualquer modificação às contas.

2.5. Em face do que antecede emitimos o seguinte:

3. Parecer

Somos de parecer que a Assembleia Geral Anual:

- a) aprove o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas referentes ao ano de 2025;
- b) aprove a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão.

Lisboa 18 de março de 2026

M. Silva, P. Caiado, P. Ferreira & Associados,
SROC, Lda

Representada por:

Pedro Matos Silva - ROC n.º 491
Registado na CMVM com o n.º 20160169



5.4 Certificação Legal das Contas

5.4 Certificação Legal das Contas

Relato Sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de CLC - COMPANHIA LOGISTICA DE COMBUSTÍVEIS, S.A., (a "Entidade") que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2025 (que evidencia um total de 151.125 milhares de euros e um total de capital próprio de 14.806 milhares

de euros, incluindo um resultado líquido de 8.806 milhares de euros), a Demonstração dos Resultados por Natureza, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as Notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases Para a Opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos

termos do Código de Ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do Órgão de Gestão Pelas Demonstrações Financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- valiação da capacidade da Entidade de se

manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do Auditor Pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que a auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- oncluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições

que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa d e controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

Relato Sobre Outros Requisitos Legais e Regulamentares

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, XX de março de 2026

M. Silva, P. Caiado, P. Ferreira & Associados,
SROC, Lda

Representada por:

Pedro Matos Silva - ROC no 491
Registado na CMVM com o n.º 20160169



5.5 Relatório de Auditoria

5.5 Relatório de Auditoria

Relato Sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de CLC – Companhia Logística de Combustíveis, S.A. (a Entidade), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 151.125 milhares de euros e um total de capital próprio de 14.806 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 8.806 milhares de euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo

naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de CLC – Companhia Logística de Combustíveis, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia.

Bases para a Opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do Órgão de Gestão pelas Demonstrações Financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente

e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas

demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.



Relato Sobre Outros Requisitos Legais e Regulamentares

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, e tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 16 de março de 2026

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Assinado por: **Rui Abel Serra Martins**
Num. de Identificação: 09133435
Data: 2026.03.16 22:37:35+00'00'

Rui Abel Serra Martins - ROC n.º 1119
Registado na CMVM com o n.º 20160731